

DIEGO ABAD SANTILLAN

**O ORGANISMO ECONOMICO DA
REVOLUCAO**

**REVOLUÇÃO E AUTOGESTÃO NA GUERRA
CIVIL ESPANHOLA**

Parte 1: Uma Visão Geral

Os Factores Essenciais da Produção
Trabalho e Pão para Todos
A População de Espanha e a sua Distribuição
Uma Sociedade de Produtores e Consumidores
Iniquidade social e Económica

Parte 2: A Nova Estrutura Económica

Organização do Trabalho
Conselho do Ramo dos Produtos Alimentares
Conselho das Indústrias de Construção
Conselho das Indústrias de Vestuário
Conselho da Agricultura
Conselho da Produção de Gado
Conselho da Silvicultura
Conselho das Minas e Indústrias de Pesca
Conselho das Indústrias de Utilidade Pública
Conselho das Indústrias de Transporte Conselho das Comunicações
Conselho das Indústrias Químicas
Conselho dos Serviços de Saúde Pública
Conselho das Indústrias Metalúrgicas
Conselho Local de Economia
Conselhos Regionais de Economia
Conselho Federal de Economia
Conselho de Crédito e Troca
Conselho das Publicações e Actividades Culturais

Parte 3: A Revolução Libertária

Economia e Liberdade
A Revolução Libertária
A Espanha e a Revolução

Primeira Parte - Uma Visão Geral

OS FACTORES ESSENCIAIS DA PRODUÇÃO

O fundamento de toda a economia consiste em obter o maior retorno possível a partir do menor esforço possível.

Esta lei económica devia ser suficiente para que a presente ordem capitalista fosse rejeitada e combatida uma vez que, ao invés de se obter o maior retorno empregando o menor esforço, temos um desperdício enorme e a utilização dos recursos naturais, das instalações técnicas e da ciência é desprezível. Nós não vivemos como podíamos e devíamos viver.

Quais são os factores de produção?

Primeiro: A Natureza, que fornece ao homem as matérias-primas e determinadas forças naturais.

Segundo: o Trabalho humano, manual ou intelectual, que elabora e utiliza as matérias-primas.

Terceiro: a Maquinaria, que multiplica a potência e a capacidade produtiva do trabalho humano.
(Alguns economistas chamam-lhe Capital.)

O Capitalismo nem sequer é capaz de aproveitar a totalidade dos recursos oferecidos pelo primeiro factor de produção (a Natureza), como se pode ver pelas grandes extensões de terra deixada por cultivar, pela capacidade hídrica inexplorada e por todas as matérias-primas que não são aproveitadas. No que diz respeito ao trabalho humano, intelectual ou manual, nem sequer é preciso mostrar que o sistema capitalista não aproveita nem mesmo metade da sua capacidade. Existem hoje em dia dezenas de milhões de trabalhadores sem emprego espalhados por todo o mundo. Os profissionais e os cientistas vagueiam, vegetam e sofrem privações, sem meios para dar uso aos seus conhecimentos e experiência profissional. Só um número muito restrito de profissionais e cientistas é que consegue vender com sucesso os seus serviços aos potentados do regime capitalista.

Também é bastante evidente que o terceiro factor de produção, a maquinaria, está a ser usado muito abaixo das suas reais potencialidades. Foram criados inventos prodigiosos e aparecerão ainda maiores invenções no futuro, mas elas dificilmente são postas a trabalhar durante mais do que algumas horas num único dia, ou então durante apenas alguns dias por semana.

Foi calculado que só a indústria dos E.U.A., se trabalhasse a plena potencia, seria capaz de fornecer todos os produtos industriais consumidos no mundo. Os economistas capitalistas, os homens de Estado, as conferências de peritos e todas as forças do conservadorismo político e social, têm tentado descobrir uma saída para isto sem qualquer sucesso. Pelo contrário, a situação tem-se agravado cada vez mais.

A única coisa que podemos prever sem medo de errar é que a paralisação da indústria vai ser ainda maior nos anos que hão de vir e que a situação dos trabalhadores vai tornar-se cada vez mais intolerável com o passar dos anos. Por isso, o sistema capitalista tornou-se impraticável, uma vez que já não consegue extrair o máximo rendimento de nenhum dos três factores de produção. Se por razões meramente económicas já não há nenhuma defesa possível para a presente ordem de coisas, será possível dar-lhe alguma justificação tendo por base princípios humanos e sociais?

Por exemplo: a actividade capitalista, no campo de agricultura, envolve os seguintes factores:

1:	Aluguer	da	terra.
2:	Juro	do	capital.
3:			Salários.

4:

Lucros.

5: Defesa governamental da propriedade privada.

Quando compras um pão, estás a pagar um imposto. Uma parte desse imposto vai para o proprietário do terreno, outra parte corresponde ao juro do capital investido, temos mais uma parte que paga o salário dos trabalhadores, mais outra que corresponde ao lucro do dono e, finalmente, temos uma parte que corresponde á defesa governamental da propriedade privada e á manutenção do resto da maquinaria política envolvida na preservação da chamada "ordem pública".

Já vimos que só são necessários de três factores de produção: a terra, o trabalho humano e a maquinaria. Uma economia socializada só tem em consideração estes três factores e, numa economia socializada, o mesmo pão só seria taxado pela parte que corresponde ao trabalho humano necessário para o produzir e pela parte que corresponde ao uso de maquinaria. O aluguer do proprietário, o juro do capital, o lucro do dono e a manutenção do aparato estatal repressivo desaparecem.

Há quem diga que o dinheiro, a grande divindade do capitalismo, também é um factor produtivo, mas ninguém pode provar que o lucro, enquanto tal, é uma força de produção necessária. Ninguém diria que o trigo não havia de crescer bem em campos cultivados sem títulos de propriedade ou polícias. Imagina como seria uma nova forma de organização económica na qual todos os elementos parasitários interpostos pelo regime da propriedade privada fossem suprimidos, na qual fossem os próprios produtores a beneficiar do fruto do seu trabalho (juntamente com essas categorias de consumidores que têm um direito natural á existência, ou seja: a criança, o idoso e o doente).

J. Stuart Mills escreveu: "Não considero justa uma sociedade na qual exista uma classe que não trabalhe e na qual existam seres humanos que, não tendo adquirido qualquer direito ao lazer por meio de um qualquer trabalho que tenham realizado anteriormente, sejam dispensados de tomar parte na realização dos trabalhos a que todos os seres humanos estão incumbidos." J. Stuart Mill tem razão. Nós acreditamos que uma tal sociedade não tem qualquer direito de existir e desejamos sua total transformação. Queremos uma economia socializada, na qual a terra, as fábricas, as habitações e os meios de transporte deixem de pertencer aos proprietários privados para se tornarem propriedade colectiva de toda a comunidade.

Essa mudança de regime requer uma estrutura de vida económica completamente nova. Hoje em dia, a direcção da indústria está nas mãos da iniciativa privada, ou seja, dos capitalistas. Em termos técnicos, eles são inferiores aos engenheiros e aos trabalhadores. Os empresários são, por sua vez, dominados pelas grandes instituições financeiras e, em última análise, são os banqueiros que controlam directamente a vida económica dos nossos dias. E os banqueiros só se interessam pelas cotações da bolsa de valores. A nova economia socializada vai ficar nas mãos dos trabalhadores e dos técnicos e não vai ter nenhum outro propósito, nenhuma outra finalidade, que não seja a satisfação das necessidades das pessoas. O consumidor não vai representar simplesmente um mercado, ele não vai ser criado para comprar os produtos: os produtos vão ser elaborados para satisfazer ás suas reais necessidades.

A avaliação pecuniária das coisas vai desaparecer e, com ela, o monstruoso absorvendo, o poder inteiramente parasitário da finança, das dívidas públicas e dos outros custos improdutivos do dinheiro. Com isto vai desaparecer a escravatura dos salários, juros, rendas e lucros. Vamos voltar, no fim de contas, a uma economia governada pelo bom senso, na qual todas as riquezas vão ser produzidas por meio da coordenação dos três factores essenciais da economia: a terra, com as suas forças naturais, o trabalho humano e a maquinaria.

No futuro, a qualidade de vida vai depender da máxima consolidação destes três factores, o que significa que vai estar nas nossas mãos e na nossa vontade realizar o bem-estar e a felicidade de todos neste mundo.

TRABALHO E PÃO PARA TODOS

Durante os muitos séculos de exploração do homem pelo homem, o produtor de toda a riqueza viveu com apenas o mínimo indispensável para continuar a existir. Com o desenvolvimento da educação e da cultura popular, o slogan "só come quem trabalha" emergiu enquanto expressão de justiça e de liberdade. Todo o desenvolvimento económico e social que não tenha esta máxima por sua base e ideal não passa de uma nova forma de logro, uma nova sabotagem da acção revolucionária. Para nós, a realização desta fórmula é primordial. Todos os que acreditam que os seres humanos têm o dever de trabalhar para viver formam efectivamente um partido e deviam apresentar uma única frente de acção.

Vamos explicar o nosso conceito de trabalho: Adam Smith considerou que só o chamado trabalho manual era produtivo. Mas o processo de trabalho é uma combinação de forças físicas e intelectuais que, no caso do artesão, podem ser expressas num único indivíduo, mas que, na economia moderna, manifestam-se sob a forma de uma coordenação entre funções altamente especializadas. Não há nenhuma razão para se afirmar que o engenheiro, o empregado de escritório e o capataz da oficina não realizaram qualquer trabalho produtivo e que só devemos ter em conta os trabalhadores manuais que fizeram o produto. [1]

Na sociedade moderna, o trabalho é uma conjunção de forças técnicas e manuais, ainda mais quando o técnico pode reduzir o papel da força muscular e transferir à máquina o extenuante trabalho humano.

O cientista, no seu laboratório ou na sala de conferências, o técnico e o trabalhador são todos forças de trabalho socialmente úteis e necessárias. Mas virá alguém falar-nos do que é produzido pelos capitalistas, proprietários, accionistas e intermediários do sistema capitalista? O "trabalho" desses elementos é, nas palavras de Proudhon, "Uma ficção de antigos direitos feudais que passaram para a economia política moderna e que constituem um presente quase gratuito do trabalhador para o capitalista especulador – o último vestígio da exploração do homem pelo homem...na verdade, só o trabalho físico e intelectual é produtivo."

Não enquanto socialista Proudhoniano, mas simplesmente enquanto sincero devoto da verdade, German Bernacer, um autor espanhol, defende no seu livro, "O Juro do Capital", que a única fonte de rendimentos devia ser o trabalho produtivo. O juro do capital pode ser eliminado até mesmo num regime de produção individual. Esta ideia é parecida com as concepções modernas dos tecnocratas americanos.

Nós queremos algo de semelhante: a supressão de todos os rendimentos ilegítimos, ou seja, daqueles que não são o fruto do trabalho físico ou intelectual, não tendo qualquer utilidade social. Isto requer uma profunda transformação económica. Queremos colocar no centro da actividade económica, não a especulação e o lucro, mas o trabalho e a produção, com vista ao bem-estar de todos.

A natureza impõe que os seres humanos trabalhem para sobreviver. Temos que produzir cereais, cultivar plantas para obter fibras têxteis, extrair combustíveis e metais das entranhas da terra e fabricar ferramentas e aparelhos para suprir às necessidades crescente de uma população sempre em crescimento.

Apenas há alguns anos atrás, um automóvel era uma raridade que provocava a surpresa e a inveja das pessoas. Hoje em dia, é quase um veículo proletário, indispensável para o dia-a-dia e, como tal, devia estar ao alcance de todos os habitantes de um país. Não queremos privar-nos das conveniências que a técnica moderna pôs ao nosso dispor. Muito pelo contrário: nós queremos, se possível, aumentar ou multiplicar essas conveniências e não duvidamos de que isso seja possível. Se sob o capitalismo foram possíveis tantas maravilhas, mais isso prova que o que ainda pode vir a ser alcançado sob um regime de socialização e liberdade. "Só no ar puro da liberdade pode avançar o gigantesco voo do progresso técnico." (H. Deitzel.)

É preciso trabalhar para conservar e aumentar os benefícios de civilização, multiplicar a produtividade da terra e reduzir a brutalidade do trabalho físico. Mas nunca ninguém disse que só uma categoria de pessoas, as tradicionalmente escravizadas, os proletários, deviam ficar incumbidas de trabalhar. Já não encontramos nenhum pedagogo que ainda defenda os velhos princípios de classe ou de casta. Noutros tempos, foi preciso proclamar leis para declarar a actividade do alfaiate ou o sapateiro como algo de não degradante. Agora, o nosso objectivo é tornar degradantes a inactividade e o parasitismo.

Hoje em dia, metade da Espanha veste-se andrajosamente e só tem por comida um pedaço de pão escuro; para metade de Espanha, a fruta, nesta terra de frutas abundantes, é um luxo; metade dos habitantes das cidades mora em barracas e, nos campos, em cavernas e choupanas. Mas este é um lugar comum, de tal forma corrente, que uma pessoa é levada a pensar que foi instituído por ordem divina e diz, com fatalismo maometano: "sempre houve pobres e ricos e terá que ser sempre assim."

Sob o capitalismo, não há nada de invulgar neste estado de coisas, uma vez que o capital é incapaz de fazer uso de todos os recursos da natureza, da ciência e do trabalho humano. Metade de Espanha veste-se com farrapos enquanto que os trabalhadores da indústria têxtil não conseguem encontrar ninguém que empregue a sua habilidade e competência, as fábricas fecham e a maquinaria enferruja.

Numa economia socializada, este espectáculo ia ser impossível, porque a produção não ia ter por finalidade um mercado desligado das reais necessidades humanas, mas sim a satisfação dessas necessidades e, enquanto que um único espanhol não tiver roupa suficiente, não vai haver nenhum motivo para fechar uma única fábrica têxtil ou mandar parar um único trabalhador.

O mesmo pode ser dito em relação a qualquer outra indústria. A construção civil não trabalha nem a 40% da sua real capacidade. O desemprego vai entregando lentamente á tuberculose um grande número destes trabalhadores, enquanto que metade da população espanhola vive em condições frequentemente inferiores ás de animais.

Mas o capitalismo não é capaz de resolver estes problemas. Os capitalistas só se interessam em usar uma parte infinitésima dos recursos sociais, do trabalho humano, das invenções técnicas, das descobertas científicas e das forças naturais, porque o capitalismo só se interessa pelo lucro. Ele não responde às reais necessidades do nosso padrão de cultura e, por conseguinte, é um obstáculo para o progresso e até mesmo para a própria manutenção da vida.

Para alcançarmos o máximo de bem-estar que a nossa sociedade nos pode oferecer, só temos que suprimir o parasitismo, organizando a vida de uma tal forma que, quem não queira trabalhar, não consiga encontrar nenhuma maneira de viver através da exploração do trabalho dos outros. Naturalmente que as crianças, os velhos e os doentes não são considerados como parasitas. As crianças vão ser produtivas quando crescerem. Os velhos já deram a contribuição deles para a riqueza social e o doente só é temporariamente improdutivo. [O autor esqueceu-se desse caso, mas naturalmente que uma pessoa deficiente também não vai ser considerada como um parasita – N do T]

Sob uma economia socializada, contando só com os adultos em idade de trabalhar, a força de trabalho humano disponível seria, pelo menos, duplicada. É fácil de perceber o que esta força de trabalho extra significa, tanto no que diz respeito á diminuição do tempo de trabalho de cada um, como no que diz respeito ao aumento de riqueza que ela pode proporcionar. Além disso, uma economia socializada é um regime de liberdade para os técnicos e para os cientistas, um livre acesso ao trabalho em todas as áreas. Do ponto de vista moral, a socialização, impondo o princípio de que "quem não trabalha não come", vai dar um impulso de desenvolvimento ilimitado á vida do povo, uma vez que o trabalho e a inteligência não vão ser tolhidos por barreiras artificiais e vão ser finalmente capazes de transformar num facto o velho sonho de um paraíso na terra.

O nosso objectivo é a construção de uma sociedade de produtores e distribuidores livres, na qual não exista nenhum poder capaz de tirar-lhes a posse dos meios de produção. No caso russo, o Estado retirou ás associações de trabalhadores e camponeses o poder de decisão sobre tudo o que diz respeito ao controlo dos instrumentos de trabalho, produção e distribuição. Na Rússia, os produtores limitaram-se a mudar de amos. Eles nem sequer são donos dos meios de produção ou dos bens que produzem e o assalariado, que é sujeito a tantas ou mais desigualdades quanto as que existem na sociedade capitalista, vive sob um regime económico de dependência, servidão e escravidão.

Pode ser dito que, de um ponto de vista social, na forma de organização económica que nós propomos, os consumidores, enquanto tal, têm um papel pequeno, se algum, já que não existe nenhuma organização criada com o propósito de os representar. Sem dúvida que o homem não é apenas um produtor mas também um consumidor, um ser social que, fora da fábrica e da oficina, também tem afinidades culturais, aspirações sociais e ideias políticas e religiosas. Essas correntes de opinião têm que criar os seus próprios órgãos de expressão e de influência social através da imprensa, de reuniões e de outros métodos aos quais a livre iniciativa pode ter inteiro acesso e possibilidade de concretização. Esse é um aspecto no qual não vamos entrar agora e também não vamos aprofundar agora os aspectos relativos á defesa da Revolução. Em termos concretos, queremos realçar uma tendência geral do mecanismo económico que já se encontra latente nos sindicatos modernos e nas quase instintivas tendências populares.

Os sovietes foram um facto antes de se terem tornado numa teoria e, enquanto primeiro passo da Revolução, preocupa-nos sobretudo a tomada de toda estrutura económica e a sua administração directa pelos produtores, de forma a assegurar a satisfação das necessidades fundamentais do povo.

Tudo o resto pode ser resolvido mais tarde de forma espontânea, tratando-se sobretudo de questões de opinião pessoal, que o interesse comum e as necessidades políticas tratarão de resolver.

[1] Kleinwaechter: Economia política, Páginas 100-101.

A POPULAÇÃO DE ESPANHA E A SUA DISTRIBUIÇÃO

É importante conhecer a população espanhola porque os problemas da reconstrução vão depender essencialmente do número de habitantes. A população espanhola pode ser calculada num total de vinte e quatro milhões de habitantes. Em 1930, a taxa de natalidade foi calculada em 28.8 por mil e a de mortalidade em 17.8 por mil; portanto, a população espanhola aumentou 0.61% no período 1800 a 1810, 0.52% no período de 1870 a 1910 e 0.65% no período de 1910 a 1930.

Os recursos naturais da terra são limitados. Existe uma grande necessidade para aumentá-los, necessidade essa que não pode ser satisfeita, tal como aconteceu no passado, através da conquista de novos territórios, mas sim através da intensificação do cultivo daqueles que já temos. A indústria e ciência também vão ter que ajudar a prover aquilo que os recursos naturais não fornecem.

O índice de desenvolvimento de um país não se mede pela sua população agrícola, mas pela sua população industrial. Em países férteis, de cultivo fácil, como o Canadá, um décimo da população total bastaria para prover a todas as suas necessidades agrícolas. Na Espanha vamos precisar de ter pelo menos 20% da população total a trabalhar no cultivo da terra.

Com este número, o trabalho nos campos, que hoje em dia a ignorância, os impostos e a propriedade privada transformam numa verdadeira maldição, vai tornar-se num dos trabalhos mais saudáveis e produtivos.

A Espanha é relativamente atrasada em termos de indústria agrícola e de transportes. A Revolução terá que realizar nalguns anos um avanço prodigioso. Ela terá que construir todos os dispositivos técnicos em falta, modernizar os métodos de cultivo, construir estradas, replantar florestas e aproveitar a água dos rios até a última gota disponível, transformando os baldios áridos da estepe em terra produtiva.

A população espanhola é suficientemente numerosa para conseguir concretizar estes objectivos em poucos anos. Se todos os militares e empregados do governo fossem postos a trabalhar em reflorestamento, construção de canais e sistemas hidráulicos, a terra espanhola, que é árida, seria transformada numa poderosa fonte de riqueza agrícola. Podíamos fazer isso só com os trezentos e cinquenta mil homens que se ocupam hoje em dia com a tarefa de defender a riqueza das classes privilegiadas.

Mas o parasitismo na Espanha é infinitamente maior. Uma certa tendência para se viver sem trabalhar, muito humana de certo modo, pode ser observada ao longo de toda a história espanhola. Essa tendência foi exagerada por observadores superficiais e, por causa disso, o espanhol ganhou fama de preguiçoso. Mas é preciso dizer que essa tendência só é característica das classes privilegiadas.

Os trabalhadores e os camponeses são extremamente laboriosos e, se os compararmos com os de outros países, eles não são de modo algum inferiores em termos de habilidade, de resistência e de constância no seu trabalho. Podemos encontrar trabalhadores espanhóis nas fábricas mais modernas dos Estados Unidos, nas pampas argentinas e em qualquer lugar do mundo. Se eles se distinguem de todos os outros trabalhadores, será talvez pelo seu maior sentido de independência e pela sua maior tendência para a rebelião. É por isso que, nalguns lugares, as portas lhes são fechadas, mas nunca por qualquer inferioridade no que diz respeito à sua capacidade de trabalho.

De acordo com o censo levado a cabo por Campeanes em 1787, só um quinto da população espanhola estava a trabalhar em funções economicamente úteis. Por outro lado, existiam 481.000 nobres, 189.000 clérigos e 280.000 criados. Os relatórios posteriores podem ter alterado a nomenclatura, mas vamos continuar a encontrar uma parte da população a evitar toda e qualquer obrigação de ganhar o pão de cada dia com o suor do seu rosto e, enquanto que o sistema económico e social vigente não for profundamente alterado, será inútil sonhar com o desaparecimento deste parasitismo.

Em 1915, tínhamos um total de 4.645.633 pessoas, ou seja, 23% da população, a viverem nas 49 capitais de província e nas 40 cidades com mais de 30.000 habitantes. Sem dúvida que essa percentagem aumentou desde então, mas a população rural ainda é superior à urbana.

Para ilustrar o significado da distribuição da população, vamos analisar os números da França. Em 1789, a sua população rural era de 26.363.000 habitantes e a sua população urbana era de 5.709.270 habitantes. Para cada pessoa a viver nas cidades, tínhamos 5 a viverem no campo. Em 1921, as populações rurais e urbanas eram iguais. Em 1926, a população rural representava só 31% do total. De 1921 a 1926, os campos franceses perderam quase um milhão de camponeses, que migraram para as indústrias da cidade.

A falta de equilíbrio entre o crescimento das cidades grandes e o das suas regiões correspondentes é mais pronunciada na Catalunha. Em 1920, a população total da Catalunha era de 2.244.719 habitantes, dos quais 721.869 viviam em Barcelona. Em 1930, os números eram respectivamente de 2.791.292 e 1.005.565 habitantes. Em 1934, de acordo com os melhores dados disponíveis, a população da região era de 2.969.921 habitantes, dos quais 1.148.129 residiam em Barcelona.

Em 1919, 406.000 espanhóis dedicavam-se ao comércio e aos negócios. Em 1920, este número alcançou os 644.000. No mesmo ano, a percentagem da população empregue na indústria e nas minas era de 31%, muito abaixo da de praticamente todos os países europeus.

A população espanhola está dividida em 46.082 unidades, que vão desde cidades de um milhão de habitantes até comunidades com só uma dúzia ou um par de pessoas. Existem em Espanha 284 centros urbanos, 4.669 municípios, 16.300 cidades, 13.211 aldeias e 11.618 lugares.

Outra distribuição que devemos ter em consideração é a que se segue: a Espanha está dividida em 527 sectores judiciais, 12.340 distritos urbanos e 9.260 municipalidades. A futura estrutura geográfica vai ter uma base mais económica do que política mas, mesmo assim, temos que conhecer esta situação. Comparando o censo de 1910 com o presente, calculamos que existam em Espanha cerca de 10.000.000 de pessoas em idade de trabalhar, dos 18 aos 50 anos. Desse número, nem 5.000.000 de pessoas (desempregados e famílias dos camponeses incluídas), desempenham de facto funções socialmente úteis nos campos e nas indústrias.

De acordo com o censo de 1920, as 9.260 municipalidades que referimos anteriormente tinham a seguinte população:

Até	100	habitantes	25	Municipalidades
100	a	300	habitantes	1325
300	a	500	habitantes	1079
500	a	1.000	habitantes	2243
1.000	a	2.000	habitantes	1697
2.000	a	3.000	habitantes	749
3.000	a	5.000	habitantes	700
5.000	a	10.000	habitantes	523

Mais de 10.000 habitantes 284 Municipalidades, das quais só nove têm mais de 100.000 habitantes.

A média de 43 habitantes por quilómetro quadrado é muito alta para um país rural e muito baixa para um país industrializado.

Em resumo, do ponto de vista capitalista, a Espanha tem um problema de superpopulação. O alívio que a emigração proporciona não é algo com que se possa continuar a contar. Por conseguinte, a população vai continuar a aumentar, apesar das devastações causadas pela penúria e pela tuberculose. Sob o regime vigente, só existem perspectivas de maiores privações e de uma maior opressão e escravidão para os trabalhadores.

Numa economia socializada, não vai existir nenhum indivíduo improdutivo. Todos vão ter um trabalho, que pode ser escolhido dentro de amplos limites. Os quatro ou cinco milhões de trabalhadores que quebram as costas para ganhar uma còdea de pão e manter numa existência desafoxada e confortável os funcionários de estado, os senhores da indústria e os ricos indolentes, vão ver o seu numero a ser automaticamente duplicado pela Revolução e, só por isso, o seu fardo vai ser imediatamente aligeirado. Se todos comem, então é justo que todos trabalhem. Além disso, este alívio vai ser aumentado de ano para ano através dos trabalhos públicos de irrigação, comunicações e transportes, do aumento da produção mineral e da intensificação geral da indústria. Fazendo uso dos actuais métodos de produção e com o estado actual da economia espanhola, a capacidade de produção de alimentos, segundo Pescador, é suficiente para alimentar 27.000.000 de pessoas. As transformações que a Revolução vai trazer ainda vão poder aumentar consideravelmente esta capacidade.

UMA SOCIEDADE DE PRODUTORES E CONSUMIDORES

A ideia da supressão do parasitismo económico e político está, ou devia estar, suficientemente madura na mente do povo para ser concretizada imediatamente. Quem trabalha não pode ficar muito contente enquanto vê a maior parte da sua produção a ser-lhe retirada e, se não fosse pelas forças armadas do Estado, certamente que o slogan de justiça, "quem não trabalha não come", seria imediatamente posto em prática. Os trabalhadores das fábricas e dos campos ainda vivem sujeitos a um regime de opressão e servidão. A única diferença entre os servos e

os assalariados modernos é que os últimos têm a liberdade de escolher os seus amos, uma liberdade bastante relativa, para dizer o menos.

Dos dez milhões de pessoas capazes de trabalhar que existem em Espanha, só cerca de 4 milhões e meio a 5 milhões é que estão de facto a ser empregues na realização de trabalho produtivo. A Revolução vai suprimir este parasitismo e, só por isso, a sua missão fica justificada. Com o desaparecimento do parasitismo económico, vamos acabar com a existência da abundância ao lado da privação, com a ostentação do grande luxo ao lado da penúria. Os produtos que não existam em quantidades suficientes para satisfazer as necessidades de todos vão ser racionados, cabendo a cada um uma parte igual. O vestuário, a habitação e a educação serão pensados com base no interesse comum. Pela primeira vez na história do mundo, não vão existir quaisquer cérebros ou músculos em greve forçada.

Acreditamos que não vamos encontrar nenhuma resistência significativa ao trabalho, até mesmo por parte dos ricos indolentes. Vamos ter sim as naturais dificuldades iniciais relativas ao particionamento adequadamente, em termos de ofícios e de indústrias, uma população grande. A maior dificuldade será, contudo, a eventualidade de um bloqueio internacional.

Temos falta de algodão em Espanha e, sem esta matéria-prima, cerca de 200.000 trabalhadores ficarão sem emprego. Sem petróleo, os transportes serão seriamente afectados. Temos até falta de papel e a escassez do mesmo resultará no desemprego de milhares de impressores, jornalistas e escritores. Portanto, a Revolução tem que se preocupar em, desde o princípio, assegurar o fornecimento de algodão e resolver o problema da falta de petróleo, sintetizando-o através da destilação de carvões minerais. Não há dificuldades técnicas que ciência não consiga resolver e, como a Revolução não pretende rebaixar o padrão de vida social mas, pelo contrário, aumentar o bem-estar geral, ela tem que produzir artigos suficientes para suprir ás necessidades de todos. Claro que esses problemas vão ser menos urgentes se não houver nenhum bloqueio internacional e, nesse caso, a Espanha vai poder obter o petróleo da Rússia e o algodão da América, trocando-os por cobre e minério de ferro.

De todo o minério extraído nas minas, só uma parte muito pequena é que é refinada em Espanha. A maior parte é exportada e volta a Espanha sob a forma de maquinaria, instrumentos, etc. A Revolução tem que criar uma verdadeira indústria metalúrgica nacional, aumentar o número de fundições e fábricas e mecanizar a produção. Ela tem que electrificar as vias-férreas e as fábricas, utilizar os recursos hídricos para irrigação e electricidade, replantar florestas e preparar novos terrenos para a agricultura. Numa palavra: a Revolução tem que conseguir concretizar em poucos anos aquilo que o capitalismo já não consegue criar: uma Espanha capaz de alimentar, vestir e alimentar uma população que já não vai levar muito tempo até os 30.000.000 de habitantes. [1]

Não precisamos de nenhuma ordem divina para construir a nossa sociedade de trabalhadores. Nem tão-pouco precisamos da hipótese de um Estado. Não pretendemos que todos dancem a mesma música e até admitimos a existência de organismos diferentes, uns mais revolucionários e outros menos, uns mais amigáveis à nova situação e outros menos. O importante é que todos os espanhóis têm direito á satisfação das suas necessidades básicas e que devemos contribuir para isso com o nosso trabalho. Tal como trabalhamos hoje em dia com pessoas que têm ideias políticas diferentes das nossas e as vemos como bons companheiros de trabalho, vamos encontrar-nos amanhã ombro a ombro com pessoas que não pensam como nós e que até podem mesmo ser hostis á nossa ideologia. A essas, devemos conquistá-las através do exemplo do nosso trabalho e da eficácia dos nossos planos. Existem diversas organizações de trabalhadores em Espanha. Todas devem contribuir para a reconstrução económica da sociedade e a todas deve ser dado um lugar. A esse respeito, a Revolução não rejeita nenhuma contribuição.

Depois, fora da distribuição equitativa da produção – o trabalho de todos e para todos, cada um pode adoptar a forma de vida que mais lhe agradar. Nem sequer vamos negar o direito á fé religiosa àqueles que desejarem praticá-la. Não vamos negar a expressão de outros conceitos sociais, nem a sua defesa e prática, sempre com a condição de que eles não sejam agressivos

para conosco e que também nos respeitem. Caso contrário, vamos ter hostilidade e guerra civil.

Podemos até imaginar que os amigos do sistema russo instituíam as suas próprias experiências e que os políticos socialistas tenham o parlamento deles, para continuarem a fazer discursos. Não vamos ser minimamente afectados por isso e contentar-nos-emos em prevenir qualquer agressão manifesta de uma facção á outra e em manter o aparelho produtivo e distributivo nas mãos dos próprios produtores e distribuidores. Por outras palavras, desejamos a liberdade absoluta na ordem política das coisas e pretendemos a coordenação de todas as forças produtivas na ordem económica. Que objecção pode ser feita a uma sociedade organizada desta forma? Acreditamos que uma Revolução como esta não prejudicaria ninguém e beneficiaria a todos. Que importa se aqueles que hoje desfrutam de muitos privilégios tiverem que prescindir deles para aprender o que custa ganhar o seu próprio pão? Para esses, a mudança será benéfica, tanto em termos morais quanto físicos. Mas a classe média e o proletariado não têm nada a perder e têm um mundo inteiro a ganhar em termos de cooperação produtiva fraternal, graças à qual todos poderão obter um nível de vida seguro. Não vão haver preocupações com o amanhã e vão acabar os infundáveis casos de tragédias pessoais em que aqueles que ontem desfrutavam de um relativo conforto estão hoje mergulhados numa miséria absoluta. Com a Revolução, tudo isso vai desaparecer porque o trabalho vai estar sempre disponível para todos, não tendo outro objectivo além da satisfação das necessidades sociais.

As pessoas tímidas supõem que a Revolução é inspirada por ideias de vingança. Estão enganadas. Pelo contrário: é mais de se temer que uma Revolução triunfante possa pecar por excesso de generosidade. Os trabalhadores espanhóis não são vingativos. Muito pelo contrário, no dia em que tomarem posse da riqueza social, eles vão esquecer imediatamente o seu longo calvário. Não precisamos de alimentar ilusões sobre os homens e mulheres que vivem hoje na indolência. Vai ser necessário adaptar essa geração de parasitas para executar as tarefas menos importantes. Por outro lado, vários industriais pequenos e até mesmo alguns capitalistas que começaram como trabalhadores, vão ter assegurado um lugar importante enquanto técnicos e peritos nos seus respectivos ramos de actividade. Eles não vão ser chefes, mas sim elementos indispensáveis da nova estrutura social e assim poderão desenvolver muito mais livremente e muito mais completamente toda a sua capacidade de empreendimento, para criar planos para melhorias que beneficiem a todos.

Podíamos analisar todas as categorias sociais e demonstrar que ninguém deve ter medo da inevitável mudança social. Não vai existir nenhuma pequena aristocracia, não vão existir pessoas a rebentar de riqueza excessiva, doentes com a gota e enfadadas por um viver doentio. Em Espanha, existem menos de 100.000 lares que vão ter algo a perder com o processo revolucionário. Estamos a falar das 100.000 pessoas cuja riqueza está protegida contra todo o risco de esgotamento. Por outro lado, para os outros 23 ou 24 milhões de espanhóis, a Revolução vai ser vista como uma libertação e vai trazer um padrão de vida incomparavelmente superior àquele que conheceram sob o capitalismo.

[1] Lucas MaDada escreveu "Os trabalhadores espanhóis, em relação aos trabalhadores do resto da Europa da mesma condição social, estão mais mal vestidos, mais mal alimentados e habitam em piores condições."

INIQUIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

O que vemos nós na estrutura social dirigida pelo capitalismo? Um aparato formidável, desenvolvido a um grau de potencialidades inimagináveis pela ciência e pela técnica e que é incapaz de funcionar devido às contradições inerentes a um sistema de especulação, cujo poder produtivo depende dos mercados e não do consumo.

Cada trabalhador americano tem à sua disposição 3.000 escravos energéticos sob a forma de 300 cavalo-vapor mecânicos. Poderia um magnata dos tempos da Antiga Grécia, Roma ou Egipto ter sonhado em ter tanta potência à sua disposição? Noutros países, o desenvolvimento

técnico é menor mas, não obstante, todos os produtores modernos podem utilizar uma grande quantidade de potência mecânica, que ainda pode ser enormemente aumentada.

Nós perguntamos a nós mesmos: terá o bem-estar humano beneficiado algo com isto? Existe alguma justificação para que continuemos a viver assim, quando podíamos viver muito melhor? Em 1930, a produção de aço dos Estados Unidos diminuiu 509 vezes. O mesmo aconteceu na Inglaterra, na Alemanha e na França, onde a produção foi reduzida para apenas 33%. A descida não parou e o comércio mundial mostra igualmente uma queda enorme. Nalgumas indústrias, cerca de 70% a 80% dos trabalhadores encontram-se sem emprego.

Os países agrícolas têm que ver os seus cereais a apodrecer nos campos ou a serem amontoados nos armazéns por falta de compradores, enquanto que os centros industriais estão atulhados com mercadorias que ninguém compra e o desemprego aumenta constantemente. Nos países industrializados da Europa e da América existem mais de 50.000.000 de trabalhadores desempregados e, não importa que projectos públicos possam ser iniciados por governos cada vez mais endividados, que a situação destes desempregados não pode melhorar sob o regime vigente.

A sociedade actual, que permite a existência de uma capacidade de produção gigantesca ao lado de uma pobreza igualmente extraordinária, não pode ter quem a defenda. Só existe segurança económica para uns poucos e, se não encontramos mais pessoas opostas a uma organização social que nos degrada e arruína, isso será devido á letargia das massas.

Vamos examinar o caso da Alemanha. Dos seus 65 milhões de habitantes, 32.5% são considerados como produtivos. Deste número, 29 milhões de trabalhadores ganham menos de 200 Marcos por mês. F. Fried, no seu livro "O Fim do Capitalismo", conta-nos que " de 29 milhões e meio de trabalhadores, 16 milhões ganham menos de 100 Marcos por mês, 6 milhões ganham entre 100 e 125 e 7 milhões e meio ganham entre 125 e 200 Marcos." Isto significa que metade da população produtiva da Alemanha não recebe nem sequer o salário mínimo reconhecido oficialmente como indispensável. Continuando com os nossos números, descobrimos que três milhões e meio de alemães ganham 450 Marcos por mês e que 30.000 ganham entre 12 a 13 mil Marcos mensais. Em termos gerais, apenas 100.000 alemães vivem em condições de completa segurança económica.

Existe alguma justificação para que se sacrifique tanto o povo de forma a preservar um regime capitalista que só liberta da insegurança económica um número insignificante de pessoas? O Hitlerismo, uma das mais horríveis manifestações do retorno para o barbarismo, nasceu e existe apenas para defender estes 100.000 privilegiados. E o que é verdade para a Alemanha é, em linhas gerais, igualmente verdadeiro para qualquer outro país.

Não vamos perder mais tempo a criticar um sistema capitalista que já chegou por si mesmo ao ponto de colapso. Chegou a altura de propor alternativas e vamos propor as nossas, sem sectarismos partidários e sem noções preconcebidas. Encarando a situação de forma objectiva, vamos abordar da forma mais directa possível o problema da salvação humana, a garantia do direito á vida e ao trabalho.

A propriedade tem que sair das mãos dos proprietários para ser colectivizada. Não devemos confundir colectivização com nacionalização, que não passa de uma forma de capitalismo de estado. A criação de uma economia comunista não é nem uma heresia nem numa impossibilidade. A própria Igreja católica, numa altura em que ainda era influenciada pelos preceitos Cristãos, isto é, antes de sua submissão aos Césares de Roma, defendia o comunismo com ardor e entusiasmo. Os seus maiores apóstolos continuaram a defender os ideais comunistas ao longo dos séculos.

São Crisóstomo disse: "O crime, a guerra e a rivalidade apareceram na altura em que essas duas palavras geladas, "teu" e "meu", surgiram. Ainda que herdés as tuas riquezas do teu pai, que por sua vez as herdou dos seus avós, não importa quanto recues, que hás de acabar por encontrar um criminoso entre os teus antepassados remotos, ou seja, toda a propriedade tem a sua origem no roubo."

Santo Ambrósio sustentou que a terra é propriedade comum de todos (tal como o ar) e que a propriedade privada tem a sua origem na usurpação. Nós tomamos a seguinte frase de São Basílio: "Uma sociedade perfeita é aquela que exclui toda a forma de propriedade privada. Esta sociedade era o Bem primitivo, destruído pelos pecados dos nossos primeiros pais." Santo Ambrósio, o Grande, afirmou que a terra, na qual todos nascemos, pertence a todos. A propriedade privada é, de acordo com os Pais da Igreja, um pecado e, de acordo com São Jerónimo, um homem rico ou é uma iniquidade ou o herdeiro de uma iniquidade.

Não só é a propriedade privada imoral, como ela também representa um obstáculo insuperável ao reajustamento económico do mundo. Em seu torno florescem os monstruosos parasitas comerciais, burocráticos, políticos e sociais. Em seu torno surgem o desemprego e a escravidão de homem pelo homem.

Fermin Galan, o herói de Jaca, teve por momentos o destino da Espanha nas suas mãos. Se tivesse sido tão bom estratega quanto revolucionário, ele teria triunfado e realizado o seu projecto de uma criação nova. Inspirado pela força do nosso movimento organizado de trabalhadores e pelas ideias libertárias, o espírito apaixonadamente criativo de Galan cometeu o erro de reconhecer a existência da propriedade enquanto usufruto. Ele considerava que o instinto biológico e histórico do egoísmo individual era demasiado forte para que a propriedade privada pudesse ser suprimida e pensava que, durante um período inicial, a propriedade privada, intransferível e inacumulável, devia continuar a existir – até que fosse encontrada uma solução melhor. Ele dizia que dar uma parte igual da riqueza social a todos satisfaz os instintos sociais, mas não os instintos individualistas e rejeitou, portanto, as duas fórmulas do socialismo; "Para cada um de acordo com sua capacidade" e "De cada um de acordo com a sua habilidade e para todos de acordo com as suas necessidades". Galan propôs: "Para todos e para cada um de acordo com a sua habilidade e o seu esforço físico".

Não podemos ignorar a parte de verdade que existe na posição de Galan e é muito provável que a Revolução tenha que ceder em parte ao instinto pessoal de propriedade do camponês. Isso irá envolver a coexistência da propriedade totalmente socializada com a propriedade privada em usufruto simples.

Por outro lado, não devemos esquecer os precedentes da propriedade comunal, profundamente enraizada em Espanha e dos quais Joaquim Costa, no seu "Colectivismo Agrário" e Rafael Altamira, na sua história da "Propriedade Comunal" nos dão tantos exemplos. O último, referindo-se à propriedade comunal, escreve: "A nossa península abunda em pequenos vales, montanhas e lugares onde as grandes explorações agrícolas são impossíveis; existem igualmente lugares onde as condições climáticas e geológicas não favorecem nem o cultivo extensivo, nem o cultivo intensivo". Acredito que essas localidades, que vivem num regime de propriedade comunal, apresentam aspectos de uma tradição de comunismo que amedronta ninguém. Elas demonstram a necessidade de proceder em harmonia com a nova ordem económica e social e, simultaneamente, mostram na prática que esta não nenhuma panaceia, mas uma realidade já estabelecida e com fundo psicológico numa boa parte da Espanha.

Além disso, os camponeses espanhóis vivem tão miseravelmente, até mesmo com a sua propriedade, que não perderiam nada em entregá-la à sociedade em troca de uma melhor exploração da terra e de uma distribuição mais adequada do trabalho e dos bens. Dos 13.530 contribuintes existentes na Província de Ávila, 11.452 subsistem com um rendimento de menos de 1 peseta por dia, 1.758 com de menos de cinco pesetas e 155 com rendimentos entre as cinco e as oito pesetas diárias. Estes números podem igualmente servir de média para o país inteiro e pode ser dito com segurança que 90% dos proprietários de terras espanhóis ganham menos do que os trabalhadores industriais, que não possuem propriedade alguma. De um total de 1.026.412 proprietários rurais, 847.548 ganham menos de 1 peseta por dia, o que nos dá "uma classe de proprietários rurais proletarizados, que não diferem em nada dos proletários camponeses ou dos trabalhadores da terra na sua dependência absoluta do mercado de trabalho."[1]

Nalguns lugares, esses camponeses podiam exigir a retenção da propriedade da sua terra nas condições propostas por Fermin Galan, obtendo assim uma concessão da Revolução libertadora, mas não ia levar muito tempo até que aprendessem a sua lição e a que a experiência lhes fizesse ver a injustiça que causaram a si mesmos por causa do seu egoísmo.

O tormento de Tântalo não é nenhuma fantasia. Ele é o símbolo da sociedade capitalista. O homem tem sede e não pode beber porque as regras do privilégio o impedem, ele tem fome e é obrigado a sucumbir diante de elevadores cheio de grão e armazéns a rebentar. Poderá alguém imaginar uma contradição maior que esta, em que a abundância se torna na principal fonte da miséria? Tal é a realidade deste mundo. Tântalo é o cidadão desprevidado de qualquer país moderno.

Na nova sociedade, desde que hajam matérias-primas, terra, ferramentas e força muscular em grande quantidade ou, pelo menos, na quantidade suficiente para assegurar um padrão de vida superior a todos, devemos destruir todas as barreiras artificiais que impeçam o uso desses recursos. Depois, se conseguirmos a abundância de alguns bens, todos vão desfrutar livremente deles. Se, a princípio, alguns bens escassearem, vamos distribuir equitativamente entre a população aquilo que houver. Não se trata de nenhum problema de cálculo diferencial, mas de uma simples operação de bom senso.

Não só é mais justo, mas também mais prático e benéfico, que a abundância deva significar gozo para todos em vez de penúria para a grande maioria. Para se chegar a este resultado simples, vai ser necessário socializar a propriedade, pondo a terra nas mãos de quem a trabalha, a maquinaria sob o controlo dos operários, os laboratórios sob a direcção dos cientistas, etc. Alguns profetas tardios da economia individualista, corujas nocturnas Manchesterianas, como F. S. Nitti, irritam-se com a própria ideia de uma economia comunista. Contudo, só podemos encontrar um equilíbrio sob a forma de uma economia comunista ou, pelo menos, com uma tendência definida para o comunismo, como forma de regular e coordenar a actividade de todas as forças produtivas e distributivas de um país ou de um grupo de países.

Os modernos projectos de economia planificada, quaisquer que sejam, pretendem sempre melhorar o sistema de economia individualista, mas o caminho mais fácil para o atingir é fazer com que a nova economia planificada emane directamente das massas trabalhadoras e não da burocracia de um Estado convertido em autoridade suprema em todas as matérias.

Já experimentamos anteriormente o sistema do comunismo totalitário. Conhecemos a existência de um sistema comunista sob o império Inca e também conhecemos o comunismo egípcio. No Egipto, existia trabalho forçado comum. Revillout descreveu as condições de então como sendo uma espécie de "Socialismo Estatal." É talvez neste tipo de comunismo faraónico que se transformou o comunismo russo, mas este género não corresponde de todo á consciência moderna, apesar de tudo o que a diplomacia desse Estado, supostamente proletário, possa dizer ou fazer.

A máquina de produção capitalista desenvolveu-se tão fantasticamente que já nem os próprios capitalistas a entendem e aqueles que afirmam entendê-la mostram-se incapazes para controlá-la e dirigi-la. É essa a raiz de todas as contradições e dificuldades: os próprios capitalistas, na sua voracidade por especulação e lucro, conjuraram os espíritos da revolta e já não conseguem dominá-los. Eles esqueceram-se da palavra mágica e tornaram-se nos brinquedos da sua própria criação.

Algo de semelhante aconteceu com o Estado moderno: cresceu tanto, ficou tão complicado e a sua maquinaria tão poderosa, que o estadista, que em tempos antigos era o senhor absoluto, não passa hoje em dia de um mero servo da engrenagem. É por isso que não queremos ocupar, nas nossas posições de combate, os lugares dos supostos líderes actuais. Não seríamos capazes de fazer mais do que eles, nem de agir de forma diferente da deles, acabando por nos transformarmos necessariamente em instrumentos dóceis da engrenagem estatal, cuja existência é incompatível com o direito de viver.

De acordo com as conclusões que retirámos do estudo da economia moderna, os melhoramentos capazes de beneficiar a todos terão necessariamente por base a coordenação e a união. O trabalho é uma obrigação mais ou menos consciente, algo que seria evitado se fosse possível. Porém, se temos que trabalhar para viver, é preferível fazê-lo com o menor esforço possível. O gosto individual do produtor tem menos peso na economia moderna do que na do artesão. Podemos até dizer que não tem qualquer peso, uma vez que o produtor geralmente executa apenas um único movimento num conjunto infundável de tarefas para chegar ao produto final. Pode até ser que ele nem sequer saiba a que conduz o seu trabalho. Isso não é bom, mas é assim que a indústria moderna funciona.

Reivindicar uma forma de trabalho que nos devolva um pouco ao artesão, seria o mesmo que pregar para o vento e far-nos-ia parecer uns excêntricos. A vida económica tende para a coordenação científica, não só porque esse é o método de produção mais económico, mas também porque a população aumentou desproporcionadamente, quando comparada com a dos tempos do artesão.

William Morris realizou magníficos trabalhos em ébano, mas o seu sistema de trabalho não pôde prover a humanidade com toda a mobília necessária e os seus produtos não seriam considerados como uma necessidade social. Quem quiser realizar um tal trabalho, terá que o fazer fora das horas de trabalho consagradas à satisfação das necessidades gerais. Para já, interessa-nos assegurar a todos os seres humanos o mínimo indispensável para a sua existência em termos de alimentos, vestuário, habitação e assim sucessivamente. Quando este mínimo indispensável estiver assegurado, vão-se abrir novos horizontes, em outros princípios de trabalho menos rígidos poderão ser aplicados, pelo menos fora do mecanismo económico geral. Também vai sobrar, fora das horas de trabalho socialmente estabelecidas para toda a indústria, tempo suficiente para a satisfação e gratificação dos gostos pessoais de cada um.

Tal como não podemos voltar a usar carroças de bois como meio de transporte, em todas as coisas, em todas as esferas da economia, vai ser necessário adoptar as ideias mais progressistas e aproveitar todas as inovações possíveis para conseguirmos obter um mecanismo produtivo mais aperfeiçoado (o maior retorno empregando o menor esforço). Pessoalmente, preferíamos trabalhar um pouco mais, obtendo, por conseguinte, uma produção menor, mas mais em harmonia com a multiplicidade de métodos. Contudo, a multiplicidade de métodos vai ser reduzida a cada dia, com vista a obter maiores resultados com menos esforço. E também porque as populações, já tão numerosas em todos os países e as suas necessidades, por vezes supérfluas mas, não obstante, reais, aumentaram centenas de vezes em relação às populações de há cinquenta, cem ou duzentos anos atrás. Hoje em dia, nós exigimos mil coisas que os nossos antepassados de há séculos atrás não teriam sequer sonhado como possíveis. Nós somos muito mais numerosos e é necessário que a produção de um homem moderno seja 10, 20, ou 50 vezes superior à de um grego antigo ou à de um cidadão romano. Por isso, pelo menos durante a primeira parte da Revolução, não vemos outra solução além da de seguir este preceito de economia moderna: coordenação e unificação sempre que possível.

[1] S. Madariaga; "Espanha", 1930, Página 14.

Segunda Parte - A Nova Estrutura Económica

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Talvez por ironia, o parlamento da Segunda República Espanhola proclamou, no preâmbulo da Constituição, a "República Espanhola dos Trabalhadores." Muitos consideraram isso absurdo e afirmaram que um título mais apropriado seria "Espanha, a República dos Polícias...e dos Trabalhadores Presos." Uma República de Trabalhadores não é algo que se crie num parlamento, nem tão pouco por decreto estatal. Ela tem que ser criada pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho, não fora deles.

Vamos traçar agora um breve esboço do organismo económico da Revolução e definir as linhas gerais da nova estrutura económica. Não pretendemos erigir nenhuma espécie de novas Tábuas da Lei a serem seguidas imperiosamente, mas é obvio que uma República de Trabalhadores deve ter o trabalho como sua base fundamental, eliminando os proprietários e os intermediários. Uma República de Trabalhadores tem que tomar posse de toda a riqueza social e empreender a sua administração directa pelos próprios produtores. Os anarquistas têm publicado bastante literatura socialista construtiva nos últimos anos e, mais importante ainda, tem sido a fé popular na possibilidade de uma mudança nas condições económicas e políticas que assegure a todos os seres humanos um mínimo de existência por meio do trabalho de cada um.

Nós sabemos que o caminho para reconstrução do mundo não é livre de obstáculos, erros e encruzilhadas. Nenhum ser humano é infalível, muito menos uma instituição, não importa quão revolucionária e proletária possa ser. O que importa, como primeiro passo, é criar um organismo que se encarregue de resolver os problemas diários e imediatos da Revolução. Esse organismo não poderá ser senão o trabalho organizado, sem a intervenção do Estado e sem intermediários e parasitas.

Não podemos regressar a uma economia primitiva, temos que aspirar a um regime de produção e distribuição organizadas pelos próprios produtores e consumidores, com vista á máxima coordenação de todos os factores de produção.

Em oposição àquilo que constitui a essência do sistema capitalista, que não pôde evitar desperdícios terríveis e uma economia isolacionista suicida, nós pretendemos a coordenação da economia á escala nacional, que proporciona maiores e mais vastas potencialidades. Nós concordamos com Cornelissen, quando ele diz que o núcleo da produção é o estabelecimento, não a indústria.

Um estabelecimento moderno pode ser ocupado simultaneamente pelos trabalhadores de várias indústrias e ofícios, que preparam a organização local, nacional, ou internacional de todos os estabelecimentos do seu ramo de actividade.

Naturalmente que será necessário preservar a liberdade do indivíduo dentro do grupo, a do grupo dentro do sindicato, a do sindicato dentro do conselho de indústria e a do ultimo dentro do conselho local, etc. Portanto, vamos ter que criar simultaneamente múltiplas excepções com vista a permiti-lo. De forma a satisfazer estas premissas, vai ser necessário criar um organismo económico abrangente e estruturante, que vamos tentar definir de seguida.

O que vamos tentar definir aqui não são sonhos para o futuro, mas sim o que é realmente possível fazer nas condições actuais com o material humano disponível. Podemos ir além do actual sistema de capitalismo privado sem termos necessariamente que acabar num sistema de capitalismo de estado. Vamos dar aos que trabalham os meios para se tornarem nos verdadeiros donos da produção e da distribuição. Se o nosso projecto não satisfaz as aspirações dos mais exigentes – e contamos-nos entre eles, ele é, não obstante, algo de vivo, que não fecha a porta á esperança e á possibilidade de uma perfeição futura. O Trabalho vai ser um direito e, ao mesmo tempo, uma obrigação.

A vida económica não pode ser interrompida, muito pelo contrário. A Revolução tem que estimulá-la poderosamente e devemos aprender agora o que temos que saber para poder continuar a produzir, distribuir e consumir durante e depois da Revolução, não só com aqueles que são seus partidários, mas também com aqueles que se lhe opõem. Teme-se que, numa sociedade livre, os que não queiram trabalhar iludam com facilidade as suas obrigações. Contudo, num sistema de trabalho organizado, é muito difícil para alguém manter-se á margem da produção. Os excessos de coerção e de rigor são mais de se temer que o afrouxamento dos laços que mantêm coesa a estrutura produtiva. É por isso que dizemos que a próxima Revolução, á qual os anarquistas vão dar todo o seu entusiasmo, todo o seu espírito de luta e todo o seu sacrifício, vai ser uma Revolução após a qual a resistência á força não se fará sentir. Prevemos a realização um longo e fecundo trabalho libertário depois de termos esmagado o capitalismo, uma vez que séculos de educação sob o privilégio e pelo privilégio não podem ser extirpados de um único golpe.

Depois da Revolução, vamos ter Conselhos de Fábrica, Oficina e Industria, constituídos por trabalhadores, executivos e técnicos representando o pessoal do estabelecimento - que, por sua vez, pode moderar e revogar os seus delegados - em vez de termos capitalistas, proprietários e empresários. Ninguém sabe melhor que os próprios trabalhadores quais são as capacidades de cada um no local de trabalho. No local de trabalho, onde todos se conhecem, é possível praticar-se a democracia. O Conselho de Fábrica, que representa o pessoal do mesmo local de trabalho, vai coordenar e tornar coerente o trabalho no estabelecimento, combinando as suas actividades com as de outros estabelecimentos semelhantes. O estabelecimento dispõe livremente de si mesmo, regulando o seu próprio funcionamento sem a intervenção de nenhum elemento exterior. O estabelecimento dispõe de completa autonomia, não pretendendo, contudo, ter quaisquer veleidades pessoais no que diz respeito ao que vai produzir, uma vez que tem que responder ás suas necessidades e possibilidades de acordo com o conhecimento que tem das condições de cada estabelecimento e das necessidades e pedidos da população.

Os Conselhos de Fábrica vão ser agrupados de acordo com as suas relações funcionais, formando os Sindicatos de Produtores de Bens Semelhantes e os Sindicatos de Indústria. Estas novas instituições não vão dispor de qualquer autoridade no que diz respeito á organização interna de cada estabelecimento. A sua função será prover á modernização da maquinaria, á fusão e coordenação das fábricas, á supressão dos estabelecimentos improdutivos, etc. Os Sindicatos são os organismos que representam a produção local, cuidando não só da sua preservação, como também do seu futuro, criando escolas de ensino profissional, institutos de pesquisa e laboratórios experimentais, conforme a sua iniciativa e os meios disponíveis. Os Sindicatos estão coligados de acordo com as funções básicas da economia, que dividimos em dezoito sectores, ou ramos de actividade gerais, necessários á marcha progressiva de uma sociedade moderna.

Eles	são	os	seguintes:			
Conselho	das	Indústrias	de	Produtos	Alimentares	
Conselho	das	Indústrias	de	de	Construção	
Conselho	das	Indústrias	de		Vestuário	
Conselho		da			Agricultura	
Conselho		da			Pecuária	
Conselho		da			Silvicultura	
Conselho	das	Minas	e	Indústrias	de	Pesca
Conselho	das	Indústrias	de	Utilidade		Pública
Conselho	das	Indústrias	de	de		Transportes
Conselho		das				Comunicações
Conselho	das	Indústrias				Químicas
Conselho	dos	Serviços	de	Saúde		Pública
Conselho	das	Indústrias				Metalúrgicas
Conselho		Local	de			Economia
Conselho		Regional	de			Economia
Conselho		Federal	de			Economia

CONSELHO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS ALIMENTARES

As indústrias de produtos alimentares são formadas por sindicatos que produzem e distribuem produtos alimentares. Em cada uma das cidades mais importantes existem entre dez a trinta mil trabalhadores empregues nesta indústria.

De acordo com o livro estatístico para 1930, existiam em Espanha, em 1929, 1.524 fábricas de conservas, 726 fábricas de açúcar, 1.511 fábricas de chocolate, 25.152 estabelecimentos de farinha e arroz, 7.487 refinarias de óleo, 7.008 fábricas de bebidas e 36 fábricas de café e chicória. Estes números oficiais não nos dão o levantamento completo de todas as indústrias de produtos alimentares espanholas, mas sim uma aproximação razoável, tendo por base os impostos pagos ao governo.

Tomemos por exemplo as moagens de farinha: algumas ainda funcionam usando a velha pedra de mó primitiva, mas a maioria já tem instalações modernas, onde a força motriz é fornecida por meio da água, do vapor, do petróleo ou da energia eléctrica. Em cada estabelecimento, os trabalhadores vão nomear um Conselho Técnico e Administrativo, estes conselhos vão formar um sindicato e os sindicatos vão ser coordenados através do Conselho das Indústrias de Produtos Alimentares.

Desta forma, todos os estabelecimentos vão proceder do simples ao complexo, do Conselho de Fábrica ao Sindicato, do Sindicato ao Conselho de Indústria, do Conselho de Indústria à Federação Local, da anterior à Federação Regional e da última ao Conselho Nacional.

Os cozinheiros e os empregados de mesa vão ser uma parte importante da indústria alimentar, uma vez que se pouparia muito tempo e energia fazendo uso de cozinhas colectivas, eliminando tanto quanto possível as cozinhas domésticas. Da noite para o dia, só por causa da melhor distribuição, mesmo que a produção não tivesse aumentado, teríamos acabado tanto com os famintos, como com os que sofrem por comer demais. Este vai ser o primeiro da Revolução na indústria de produtos alimentares.

Até que se desenvolvam os meios necessários para aumentar os fornecimentos, a ração comum vai ser igual para todos. Isso vai ser controlado por meio de um serviço estatístico adequado, posto sob a alçada do Conselho de Crédito e Troca. Os conselhos das indústrias de produtos alimentares vão prover a que, em qualquer localidade, todos os habitantes recebam uma ração justa, quer na cozinha colectiva, que acabaria com a maçada do serviço doméstico, quer nas casas dos indivíduos que ainda persistam em manter uma cozinha familiar. Por exemplo: em Barcelona, temos um consumo diário de quatro a cinco mil galinhas mas, enquanto que hoje em dia só os que auferem bons rendimentos é que as podem comer, amanhã, depois de terem sido tidas em conta as necessidades do doente e do convalescente, o resto vai ser distribuído de forma a que, pelo menos uma vez por semana ou uma vez por mês, cada habitante tenha a sua ave.

A mesma coisa pode ser dita a respeito de todos os produtos que não existam em quantidades suficientes para responder á procura. Não é necessário entrar em detalhes adicionais, basta dizer que os órgãos da Revolução podem regular o funcionamento de toda a estrutura da indústria alimentar sem estarem de modo algum dependentes de intermediários ou comerciantes. Todos os sindicatos de produtores vão ter que alargar as suas actividades de forma a alcançar o consumidor, agindo em conjunto com outros sindicatos de funções semelhantes. A actual classe de comerciantes vai ser absorvida no organismo sindical, juntamente com todas as outras funções separadas.

Naturalmente, é possível um grande número de soluções. O Conselho das indústrias de Pesca pode controlar só as pescas, mas também pode estender as suas actividades de forma a incluir igualmente as fábricas de conservas, assim como a distribuição dos seus produtos. Na resolução destes problemas, a necessidade e a conveniência vão ter a última palavra. O essencial é que nenhuma actividade económica deva permanecer fora do organismo geral de produção, distribuição e consumo.

Existem vários produtos alimentares e bebidas espanholas que encontram um mercado favorável noutros países, tais como os vinhos, o azeite, as laranjas e as conservas. Eles vão ser um valor seguro no comércio internacional, podendo ser trocados por produtos que não existem na nossa terra em quantidades suficientes, tais como maquinaria, produtos químicos, algodão e até mesmo trigo. O índice de exportação, contudo, não pode ser entendido como um indicador de grande abundância. O nosso stock de laranjas, azeite, peixes e vinhos, dificilmente bastaria para satisfazer sequer o consumo interno e isto porque, na verdade, o consumo actual dos mesmos é muito baixo e o objectivo da Revolução deve ser aumentá-lo consideravelmente. Não pretendemos exportar a comida do povo, tal como fizeram com o trigo russo e romeno.

Em Espanha, consome-se uma média de trinta quilos de carne por cabeça, valor que sobe para os sessenta e dois quilos por cabeça na França, 72 na Inglaterra e 101 quilos por cabeça em Buenos Aires. Estes números bastam para mostrar que, de todas as nações modernas, é na Espanha que a população é forçada a sobreviver com menos. A Revolução, através de uma melhor administração dos stocks de gado e de uma distribuição mais equitativa, vai, pelo menos, permitir um consumo mínimo ao trabalhador, acabando com os privilégios especiais exercidos pela classe possidente.

Por fim, as federações regionais e nacionais ter por tarefa a coordenação do funcionamento das indústrias de produtos alimentares, assim como a criação de institutos especiais encarregues de aperfeiçoar os meios de produção e distribuição através do país.

CONSELHO DAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO

Na literatura estrangeira, abundam descrições sobre a tragédia da casa espanhola. Uma grande parte da população ainda vive como trogloditas, ou em lugares que não merecem sequer o nome de casas. [1] Se houvesse falta de matérias-primas, esta situação podia ser, de certa forma, justificada. Mas não há nenhuma escassez de materiais de construção, nem de arquitectos ou construtores. A relativa escassez de madeira pode ser facilmente ultrapassada de modo vantajoso, sendo esse material de construção substituído pelo metal, mais moderno, e tanto a pedra como o tijolo existem em quantidades abundantes. Além disso, é um facto notável que sejam justamente os Sindicatos das Construções a apresentar o maior número de desempregados.

Em 1910, existiam um total de 3.644.483 casas de habitação, 800.179 edifícios diversos e 442.931 edifícios desocupados. Deste total, 1.738.557 eram simples casebres de um piso, 2.355.227 tinham dois pisos e, 793.809, mais de dois pisos. Foram construídos mais edifícios desde então, mas também houve um número considerável deles que foram demolidos, ou que se desmoronaram com o passar do tempo. O resultado é que um número considerável de habitantes vive em condições completamente inadequadas em termos de higiene, ficando exposto às doenças por causa da humidade, da ventilação deficiente e da imundice.

Nas grandes cidades, os chamados bairros populares causam horror só de se olhar para eles. Os bairros de lata de Madrid e o " Barrio Chino ", de Barcelona, são excelentes exemplos. Em Madrid, a inspecção oficial classificou 28.000 casas como inadequadas, das quais 10.000

foram declaradas como inabitáveis. Mas a população trabalhadora ainda continua a viver nelas, dia após dia. E não é tudo: em Dezembro de 1933, o número de casas habitáveis era de apenas 205.835. Um censo realizado na mesma altura contou 215.842 famílias.

Não só é a habitação escassa e de má qualidade, com também é cara. Em Madrid não existem mais de 60.000 casas com rendas compreendidas entre as 50 e as 70 pesetas mensais. Por causa disso, os proletários têm que gastar uma parte excessiva dos seus salários com o aluguer.

No princípio de 1935, a Associação dos Fabricantes de Cimento queixou-se do baixo consumo dos seus produtos. Mais de 100.000 dos trabalhadores desta indústria estavam desempregados e as fábricas, construídas para produzir em grande escala um material que é mais do que abundante, não podiam funcionar de forma lucrativa.

A capacidade de produção da indústria cimenteira foi calculada em 2.600.000 toneladas anuais, ou seja, 509 vezes o consumo dos últimos cinco anos. Podemos ver, portanto, que existem fábricas de cimento em número suficiente para satisfazer as nossas necessidades e de uma tal forma que nem um único trabalhador das indústrias de construção devia ficar parado. Temos muito ferro, muito espaço livre nas cidades e todos os pré-requisitos técnicos estão satisfeitos. Não falta nada para que comecemos a operar uma transformação radical nos espaços de habitação espanhóis, seguindo todas as exigências da higiene e do conforto.

Naturalmente que a Revolução não pode dar às pessoas o que ainda não existe. A princípio, as condições vão melhorar muito com a distribuição equitativa das casas monopolizadas pelas famílias pequenas dos bairros ricos das cidades entre as famílias dos trabalhadores sem abrigo.

Mas não devemos ficar por aí: desde o princípio, a Revolução deve dirigir a sua atenção para a construção de habitações modernas nas cidades e nos campos, em número suficiente para acomodar confortavelmente todos os habitantes. Se houver alguma coisa a temer no período pós-revolucionário, será a possível falta de pessoal em número suficiente para proceder á necessária renovação técnica e industrial. Isto representa um contraste absoluto com a situação actual, em que 40 a 60 por cento dos trabalhadores da indústria de construção se encontram sem emprego.

A indústria de construção vai ser organizada de acordo com os mesmos princípios aplicados nas indústrias do ramo alimentar, com os seus Conselhos de Fábrica e Oficina, sindicatos e federações. Os trabalhadores, administradores e técnicos de cada fábrica ou oficina vão ser coordenados através dos sindicatos, nos quais cada estabelecimento vai ser representado por delegados eleitos. A federação local pode criar e coordenar secções de arquitectos, construtores, carpinteiros, electricistas, rebocadores, etc. [2] Mais uma vez, os electricistas, por exemplo, também podiam ficar sob a alçada do Conselho Local das Indústrias Eléctricas. São questões de conveniência, que não vão criar atritos. O mesmo é verdade para os transportes. Tudo isto serve para mostrar a impossibilidade de uma classificação rígida e a necessidade de deixar os detalhes da organização para serem resolvidos posteriormente, de uma forma prática e espontânea.

O importante é manter a individualidade de cada trabalhador dentro da fábrica, de cada Comité de Fábrica dentro do Sindicato e de cada Sindicato dentro do Conselho Local de Indústria. Os pintores e os arquitectos vão poder, por sua vez, manter as suas assembleias e comités permanentes, assim como criar escolas profissionais. Contudo, todas as actividades económicas devem ficar sob a alçada dos órgãos produtivos e distributivos do Conselho

Administrativo de cada localidade, sendo finalmente ligadas, por intermédio dos Sindicatos, Conselhos de Indústria e Conselhos Locais, ao Conselho Federal de Economia.

Os comités de bairro, que representam os habitantes, vão desempenhar uma função importante, propondo melhorias, reformas e o que mais for necessário. Eles vão dar á população em geral o devido meio para a expressão das suas necessidades, servindo igualmente como um meio para resolverem os seus próprios problemas.

Se for necessário, os Conselhos Regionais vão criar escolas especializadas para os arquitectos, engenheiros, técnicos e trabalhadores especializados. Estes centros de pesquisa, por sua vez, vão nomear os seus próprios comités administrativos e enviar os seus delegados ás indústrias. Desta forma, todos os elementos que contribuem para a construção de habitações vão ser coordenados em termos locais, regionais e nacionais numa base igualitária, com direitos iguais para todos.

[1] Dezenas de milhares de espanhóis vivem em cavernas e uma cidade inteira, Guadix, é composta em 60% por cavernas. No sudoeste, em Aragão, Castela e outras províncias, as impressões causadas por este horríveis formigueiros humanos são inesquecíveis. Gonzalo Reparaz, "Miséria e Atraso em Espanha", página 49.

[2] Na Suécia, como forma de defesa contra o desemprego e o possível boicote dos reformistas, os Sindicalistas da S.A.C criaram grémios de construção. Eles demonstraram, mesmo sob o actual sistema de propriedade privada e trabalho assalariado, a vitalidade da acção sindicalista.

CONSELHO DAS INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIO

Em 1922, as cifras oficiais da produção espanhola foram as seguintes:

Minas	1.070.237.191	Pesetas
Agricultura	9.201.300.131	Pesetas
Industria	6.500.000.000	Pesetas

Na indústria, o primeiro lugar é ocupado pela indústria têxtil, que rende por ano 2.150.000.000 de pesetas. Estão empregues nesta indústria um total de 300.000 trabalhadores. Existem um total de 2.300.000 fusos de algodão em toda a Espanha, 2.000.000 dos quais na Catalunha. A indústria do algodão emprega 170.000 trabalhadores, consumindo 430.000 fardos de algodão. A indústria da lã emprega na Catalunha 244.624 fusos, 6.270 teares e 30.200 trabalhadores, cuja produção total atinge os dez milhões de quilos de lã por ano.

Na Catalunha, existem cidades inteiras dedicadas à indústria têxtil, tais como Sabadell que, em 1917, contou com 285 fábricas de lã, 292 fábricas de algodão, 11.693 trabalhadores, 188.400 fusos e 4.100 teares mecânicos, que consumiam uma potência total de 16.000 cavalos-vapor. Foram feitas muitas melhorias desde então, mas ainda estão em uso máquinas construídas há 50 anos atrás.

Como o nosso estudo sugere, a indústria têxtil está largamente confinada à Catalunha, onde as principais fábricas de sedas, algodões, artigos de lã e feltros, se desenvolvem a um ritmo sempre crescente. Em relação á seda, existiam, em 1920, 20 fábricas a funcionar, fornecendo mil toneladas de casulos. Espalhadas pelas diversas províncias do país, existiam um total de trinta escolas de sericultura. A indústria têxtil espanhola é perfeitamente capaz de suprir a todas as necessidades da população. Temos falta de matérias-primas, principalmente de

algodão e de lã, mas o algodão pode ser cultivado na península, assim como em Marrocos, nas quantidades necessárias.

A organização dos conselhos de fábrica, sindicatos e conselhos de indústria, segue o procedimento descrito nos capítulos anteriores. Os capitalistas, enquanto tal, vão ser eliminados e só lhes será dado um trabalho na indústria caso tenham competências técnicas para tal. Como existem muitos estabelecimentos de pequenas dimensões, vamos ter que, provavelmente, concentrar a produção, fundindo as fábricas e oficinas mais pequenas. Isto vai ser fácil de fazer, uma vez que já não vai haver qualquer competição entre os diferentes estabelecimentos.

As escolas profissionais, os institutos de pesquisa, os gabinetes de estatística e os centros de informação vão ser partes importantes da estrutura da indústria têxtil. A coordenação da indústria vai ficar a cargo dos conselhos locais, regionais e nacionais de Economia.

Sob o capitalismo, a indústria têxtil atravessa uma crise sem fim. O número de desempregados aumenta enquanto que a população continua vestida com farrapos. Na nova economia, desde que se possam obter matérias-primas em quantidade suficiente, as fábricas não vão parar até que todas as necessidades da população tenham sido completamente satisfeitas.

As indústrias têxteis também vão incluir as indústrias relacionadas com o fabrico de feltros, chapéus, sapatos, etc. O grupo dos têxteis vai abranger o maior número de trabalhadores e, devido à sua importância, vai ser um bastião da nova estrutura económica e social.

CONSELHO DA AGRICULTURA

A Revolução é frequentemente associada a uma atmosfera de catástrofe, o que se deve aos naturais receios da minoria privilegiada, daqueles que vivem à custa da exploração do trabalho alheio. Mas mesmo os danos resultantes de algo tão grave quanto uma guerra civil nunca causariam tanto mal e tanta miséria quanto a que é produzida durante um ano de capitalismo perfeitamente normal. Nós já vimos como a socialização da habitação, do vestuário e dos produtos alimentares vai reduzir os tempos de ócio de que hoje gozam os que vivem na opulência. Mas também já vimos, por outro lado, como as condições de existência dos produtores laboriosos vão melhorar com uma distribuição mais equitativa dos bens.

E quanto à terra? A transição do sistema de propriedade privada para a propriedade colectiva, ou social, não vai afectar a terra em si mesma. Ela vai continuar no mesmo sítio, só que, em vez de representar uma permanente fonte de escravidão para o camponês pobre, explorado pelos latifundiários, ela vai-se tornar numa fonte de riqueza usada em benefício de todos.

O território espanhol cobre uma superfície de 50.521.002 hectares, dos quais aproximadamente 20.000.000 são de terra de cultivo, 25.000.000 são planícies selvagens ou montanhas e 5.000.000 de hectares são ocupados por centros urbanos, estradas, rios e caminhos-de-ferro. A possibilidade de aumentar as áreas produtivas ainda é grande. Tal como na Holanda se ganharam regiões inteiras ao oceano, também em Espanha podemos tornar férteis os terrenos desolados e meio desérticos que agora cobrem províncias inteiras. [1]

Segue-se a distribuição aproximada dos 20 milhões de hectares de terra de cultivo: [2]

Cereais	e	Legumes	14.800.000	Hectares
Oliveiras			1.720.000	Hectares

Vinha		1.340.000			Hectares
Plantas industriais			650.000		Hectares
Raízes, Tubérculos e Bolbos				480.000	Hectares
Árvores de fruta			450.000		Hectares
Planícies artificiais			465.000		Hectares
Horticultura Cultivo especial		88.000	7.000		Hectares

Dos cereais, o trigo cobre uma área de 4.200.000 hectares, a aveia, 1.600.000, o centeio, 600.000, o feno, 740.000, o milho, 480.000 e o arroz, 43.000 hectares. Em 1929, a área de cultivo de trigo estava dividida da forma que se segue, em quintais métricos:

Castela Velha			9.383.200		Quintais
Castela Nova			12.663.000		Quintais
Aragão e Rioja			2.123.000		Quintais
Andaluzia		8.543.750			Quintais
Navarra Basca			1.278.750		Quintais
Catalunha		1.841.000			Quintais
Levante		1.542.750			Quintais
Galiza e Astúrias			381.650		Quintais
Ilhas adjacentes			886.250		Quintais

As laranjas ocupam uma área de aproximadamente 60.000 hectares, às quais ainda se juntam mais 500.000 árvores espalhadas pelo país.

Não precisamos de entrar em detalhes adicionais sobre a produção agrícola espanhola. Se a Revolução não tiver a princípio sucesso na tarefa de aumentar a produção agrícola, ela não a vai diminuir. Ela vai pelo menos assegurar uma distribuição real dos produtos, de forma a alimentar os milhões de trabalhadores da terra que têm estado a viver como autênticas bestas de carga, ignorantes de toda felicidade humana. Existem numerosas escolas agrícolas e fazendas modelo espalhadas pelo país. Existem igualmente fábricas que produzem maquinaria e utensílios agrícolas. Elas não existem em quantidades suficientes, mas oferecem uma base para desenvolvimentos posteriores.

Devido ao aumento das necessidades humanas, é necessário que se use todo o desenvolvimento proporcionado pelos modernos processos técnicos de produção. Ao mesmo tempo, a especialização vai suplantar o camponês individual, da mesma forma que o trabalhador industrial moderno sucedeu ao artesão. O camponês moderno tem que produzir para sociedade, da mesma forma que o trabalhador fabril. Esta evolução não tem necessariamente que implicar concentração na agricultura. Ela pode muito bem ser realizada através da especialização, tanto nos empreendimentos agrícolas grandes, quanto nos pequenos.

Contudo, é aconselhável a existência de um plano geral. Os Conselhos de Produção Agrícola de cada localidade vão formar o Sindicato Agrícola da sua área. Os cultivadores de vinha, de azeitonas, de beterraba de açúcar, etc., vão criar os seus próprios sindicatos e, todos juntos, o Conselho da Indústria Agrícola da sua região.

O Conselho da Indústria Agrícola vai ficar responsável pelas escolas experimentais, pela coordenação dos problemas de natureza interna e pela satisfação da crescente necessidade de industrialização da produção agrícola. Tendo por base a unidade geográfica, estes conselhos vão ser agrupados com os conselhos de outras indústrias como os transportes, saúde pública, energia, etc., formando conselhos económicos. Unindo estes aos conselhos regionais e federais de economia, e em linha directa com todos os outros conselhos de produção agrícola do país, vamos conseguir assegurar a coordenação de todos os factores de produção que intervêm na indústria agrícola.

No processo de distribuição dos produtos agrícolas, vai caber aos Conselhos de Crédito e Troca a tarefa de fazer o levantamento estatístico completo da produção e do consumo nas suas respectivas localidades, assim como da terra arável, da maquinaria e da força de trabalho ao seu dispor. Vai ser através dos Conselhos de Crédito e Troca (que vão tomar o lugar que é hoje ocupado pela banca capitalista), que a produção local vai ser trocada por maquinaria, ferramentas, roupa, comida e tudo o resto, de acordo com as exigências e as necessidades dos produtores e consumidores.

[1] Mais de 75.000 quilómetros do território espanhol estão cobertos por estepes, ou seja, 1/7 do território total. Estas paisagens nuas são habitualmente áridas e vai ser necessário muito trabalho para as tornar férteis. Os rios causam a erosão do terreno, arrastando consigo enormes quantidades de terra fértil e de minerais, empobrecendo perigosamente grandes áreas de terreno agrícola. Existe uma necessidade imediata de se proceder á construção de represas e diques nos locais onde estes são mais necessários. (Geófilo, Problemas da Espanha, "Tiempos Nuevos", Abril de 1936, Barcelona.)

Não precisamos de alimentar demasiadas ilusões acerca do solo espanhol. O geólogo Lucas Mallada esquematizou as suas capacidades agrícolas da forma que se segue:

Terra		Rochosa		10%
Áreas	de	Pequena	Produtividade	35%
Áreas	de	Produtividade	Razoável	45%
Áreas de Produtividade Excepcional 10%				

[2] Um hectare contém 100 acres.

CONSELHO DA PECUÁRIA

Já nos referimos ao baixo consumo de carne registado em Espanha num capítulo anterior. Em 1921, tínhamos o seguinte número de cabeças de gado em Espanha:

Cavalos	722.183	cabeças
Burros	1.137.980	cabeças
Mulas	1.294.912	cabeças
Vacas	3.718.189	cabeças
Ovelhas	20.521.677	cabeças
Cabras	4.298.059	cabeças
Porcos	5.151.988	cabeças
Aves 15.102.973 cabeças		

Em 1933, os números eram aproximadamente os mesmos. O consumo médio de cerca de 30 quilos de carne per capita deve ser pelo menos duplicado, de forma a atingirmos a média do consumo de carne francês. Também podemos incluir nos nossos dados a apicultura. Em 1920, tínhamos 689.210 colmeias, que produziam 2.815.363 quilos de mel e 748.086 quilos de cera.

Há muito para ser feito no que diz respeito á melhoria e selecção do stock de gado, para o qual os veterinários, criadores e pastores, podem contribuir através dos seus respectivos conselhos, de forma a que esta indústria possa produzir de forma adequada.

CONSELHO DA SILVICULTURA

A madeira não é abundante em Espanha. Os Bosques foram desgraçadamente desbastados, sem que ninguém se preocupasse com o futuro. Isto deu á paisagem espanhola um aspecto quase desolado e afectou seriamente a humidade do solo, fonte da sua riqueza agrícola. A reflorestação vai ter que ser uma tarefa importante para a nova economia durante um número considerável de anos.

Temos 963.152 hectares de terreno montanhoso e 1.821.085 hectares de vales e terra de pastagem. Se tratada com o devido cuidado, esta área deve ser capaz de fornecer madeira suficiente para a construção e para lenha. A madeira deve ser tida em conta não apenas devido à sua utilidade industrial, mas também porque é um agente benéfico para o solo, produzindo microrganismos que fertilizam a terra e formam o húmus e que, com o passar dos anos, vão ajudar a reduzir a aridez e a desolação da terra espanhola.

Calcula-se que o reflorestamento dos actuais 5.665.599 hectares de terreno desértico vá produzir anualmente mais de 566.337 metros cúbicos de madeira, aos quais ainda se juntam todos os outros benefícios directos e indirectos que advêm da existência de uma extensa área florestal.

Em Segóvia, existem grandes extensões de planície, importantes pela sua produção de resina e subprodutos. A Estremadura e a Andaluzia abundam em sobreiros, muito importantes para a indústria corticeira espanhola. De facto, a Espanha e Portugal são responsáveis por 70% da produção mundial de cortiça. Esta indústria está agora espalhada por outros países e só através de uma modernização completa das técnicas produtivas é que a indústria corticeira espanhola poderá recuperar o seu antigo prestígio no mundo.

Existem mais alfarrobeiras em Espanha do que em qualquer outro país mediterrânico. Temos plantadas oito milhões de árvores que ocupam 78.021 hectares, às quais ainda devem ser somadas mais três milhões de árvores dispersas por terrenos rochosos e escarpas. O fruto destas árvores, transformado em farinha, fornece um alimento nutritivo para o gado. A alfarrobeira também fornece alguns subprodutos, como a "vaina", que pode ser usada para produzir álcool. Temos ainda outros subprodutos com aplicações medicinais e químicas.

Também são cultivadas muito amendoeiras na Espanha e a sua produção encontra um grande mercado, tanto dentro quanto fora do país.

Aquilo de que precisamos é de um corpo de técnicos, botânicos, engenheiros e trabalhadores para desenvolver as plantações e as áreas florestais. Também precisamos de um número adequado de guardas florestais, para conservação dos bosques. É preciso criar criados conselhos de silvicultura em todas as áreas geográficas, com o objectivo de encorajar o cultivo de árvores, o semeio de novas florestas, a produção de árvores de fruto e a distribuição de madeira e lenha para uso da população. Eles também vão ficar responsáveis pela obtenção de fibras têxteis e de outras matérias-primas industriais que são extraídas das árvores.

Todo o trabalho imediato vai ficar sob a supervisão orgânica deste Conselho, sendo o posterior processamento industrial das matérias-primas deixado a cargo de outros Conselhos. Por exemplo: o Conselho da Silvicultura vai tratar de recolher o azeite, mas a tarefa de o refinar e de embalar as azeitonas vai ficar a cargo do Conselho das Industrias de Produtos Alimentares. Da mesma forma, o tratamento da resina e das raízes dos pinheiros vai ficar sob a alçada do Conselho das Indústrias Químicas.

CONSELHO DAS MINAS E INDÚSTRIAS DE PESCA

A Espanha é relativamente rica em minas e pode produzir todos os minerais necessários para ser economicamente independente. O mercúrio, o chumbo, a potassa e as piritas são mais do que abundantes na península, podendo ser exportados de forma vantajosa. A zona marroquina produz sobretudo ferro, cobre, enxofre e antimónio.

A Espanha é um dos países mais ricos em pirite de ferro, podendo produzir cinco milhões de toneladas desse minério por ano. Essas pirites são muito importantes para a produção de ácido sulfúrico, fertilizantes, etc. Uma vez que, em Espanha, este material tem sido pouco utilizado, a sua exportação vai ter um valor considerável.

Em 1920, trabalhavam nas minas um total de 125.000 trabalhadores, dos quais 40.000 nas Astúrias. Desses trabalhadores, 18.000 eram rapazes entre os 16 e os 18 anos, aos quais ainda se juntavam mais de 2.000 raparigas e mulheres.

Em 1927, a produção total de carvão mineral foi de 6.690.076 toneladas.

Estes são os valores para a produção de diversos minérios em 1928:

Minério	de	ferro	5.571.207	toneladas
Pirite	de	cobre	3.619.691	toneladas
Potassa		243.233		toneladas
Zinco		122.141		toneladas
Chumbo	177.059 toneladas			

Em 1920, existiam 417 fábricas de processamento de minerais e seus subprodutos, que empregavam 31.599 trabalhadores (dos quais 959 tinham idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos de idade e, 2.635, entre os 16 e os 18 anos).

Em 1928, a indústria mineira contava com um total de 5.474 máquinas em funcionamento, com uma capacidade conjunta de 361.084 cavalos-vapor.

Existe uma escola especial para engenheiros de minas em Madrid e várias escolas menores nas cidades de Cartagena, Almaden, Mieres, Linares, Vera, Huelva e Bilbao. Existe, também em Madrid, um laboratório especializado em teste e análise de minerais.

A organização desta indústria, nas suas zonas mineiras e fábricas de processamento, vai ser semelhante á das anteriores. O Conselho Nacional vai ficar responsável pelas escolas de minas, institutos geológicos, museus minerais e fábricas de ferramentas.

Os produtos vão ser armazenados em centros de abastecimento locais e centrais, sendo as indústrias providas dos mesmos através dos Conselhos de Crédito e de Troca.

É necessário lembrar que as indústrias mineiras são geralmente propriedade de companhias inglesas, francesas e belgas, o que levará a alguns inconvenientes devido ás inevitáveis querelas com outros países.

A primeira grande vantagem trazida pela socialização da indústria mineira vai ser a redução do horário de trabalho para um máximo de apenas cinco horas diárias, assim como uma grande melhoria nas condições de segurança.

Os proprietários capitalistas, que só se interessam pelo lucro, jamais farão estas reformas indispensáveis, o mercado internacional não o permitiria.

Devido ao seu extenso litoral, no mediterrâneo e no Atlântico, a Espanha é relativamente privilegiada em termos de abundância de peixe.

Cerca de 180.000 homens, com as suas famílias, trabalham na indústria de pescas, produzindo por ano cerca de 400.000 toneladas de peixe. Existiam, em 1920, 29.955 veleiros e barcos de pesca a remos, aos quais ainda se juntavam mais 1.549 traineiras a motor.

De que forma vai beneficiar a Revolução aos pescadores? Em primeiro lugar, melhorando os seus barcos e, em segundo, reduzindo o número de horas de trabalho, o que vai criar automaticamente mais empregos. O consumo médio de 20 quilos de peixe por habitante ainda pode ser consideravelmente aumentado.

CONSELHO DAS INDUSTRIAS DE UTILIDADE PÚBLICA

Hoje em dia, a capacidade económica de um país é medida mais pela energia eléctrica que ele consome do que pelo seu tamanho ou pelo número de trabalhadores industriais. Segundo as estatísticas da Comissão Federal de Energia dos Estados Unidos, a Espanha tem uma reserva de energia hidroeléctrica capaz de produzir quatro milhões de cavalos-vapor de electricidade, só se aproveitando actualmente um quarto dessa capacidade. Em confirmação parcial do que foi dito agora, o anuário estatístico de Espanha para 1930 registou um consumo de apenas 1.064.272 cavalos-vapor de electricidade. Temos centrais hidroeléctricas de grandes dimensões, tais como Riegos e Fuerzas del Ebro, a Energia Eléctrica da Catalunha, a Hidroeléctrica Espanhola, a União Eléctrica Madrilena, a Hidroeléctrica Ibérica, etc., geralmente propriedade de companhias americanas. Há muito espaço para se desenvolver a produção de energia eléctrica em Espanha uma vez que, hoje em dia, os recursos do país, nesse aspecto, estão a ser aproveitados a uma escala muito reduzida.

O engenheiro Pereira Carballo, num artigo publicado na "Revista de Electricidad" e reimpresso na "Sol", de 7 de Janeiro de 1936, considera possível a produção de mais de doze milhões de cavalos-vapor de energia hidroeléctrica, distribuídos da forma que se segue:

Rio	Ebro		3.150.000		Cv
Rio	Douro		2.080.000		Cv
Guadalquivir		1.964.000			Cv
Rio	Tejo		1.865.000		Cv
Guadiana		865.000			Cv
Rio	Minho		743.000		Cv
Rio	Jucar		511.000		Cv
Rio	Segura		346.000		Cv
Outros	ribeiros	e	rios	990.000	Cv
Total			12.514.000		Cv

Traduzindo esta potência hidroeléctrica, ou combustível branco, em carvão, ou combustível negro, teríamos o equivalente a 75.000.000 de toneladas de carvão, com uma economia enorme nos custos de produção.

Existem vários projectos de electrificação, construção de barragens e aproveitamento dos recursos hídricos, tanto para produção de electricidade como para irrigação. Não há nada a impedir a concretização destes projectos, tirando os obstáculos financeiros. Não temos falta nem de engenheiros capazes, nem de mão-de-obra, nem de materiais. Além da electricidade que é obtida a partir da energia hidroeléctrica e que seria mais barata em Espanha, também podemos obter electricidade a partir da combustão do carvão em centrais termoeléctricas. Neste campo, foram alcançadas inovações magníficas. A primeira turbina a ser montada numa central eléctrica, em 1903, consumiu 3.12 quilogramas de carvão por cada quilowatt hora. Em 1913, o consumo de carvão por quilowatt hora desceu, nas centrais americanas, para 1.30 quilogramas e, em 1929, a média era 0.54 quilogramas por quilowatt hora. Em 1933, já se consumiam menos de 0,45 quilogramas de carvão por quilowatt hora.

E ainda temos as fontes de energia que podem ser extraídas do ar, que o holandês soube tão bem utilizar com os seus moinhos de vento e que são agora pensadas como uma possível fonte de energia eléctrica.

Em Espanha, produz-se actualmente uma grande quantidade de material eléctrico. Fabricam-se cabos subterrâneos de 6.000, 11.000, 30.000 e 50.000 volts para as centrais eléctricas de Madrid, Málaga, Bilbao, Barcelona e Valença; fabricam-se cabos telefónicos e fios para as

linhas urbanas e interurbanas, assim como cabos para as minas, motores eléctricos para a indústria, maquinaria e aparelhos eléctricos para a Marinha e o Exército, contadores eléctricos, lâmpadas eléctricas, filamentos, etc.

Em 1921, existiam 118 estabelecimentos que fabricavam material eléctrico, 515 que produziam gás e electricidade e 101 estabelecimentos de águas públicas, sem contar com as companhias privadas, que existem na Espanha em grande número. As últimas predominam em quase todas as áreas, o faz com que se torne muito difícil para os capitalistas espanhóis concertar as suas empresas e os seus interesses.

Apresentámos em conjunto os números para a produção de luz, de energia eléctrica, das águas e da irrigação porque todos estes serviços estão interligados. A organização das indústrias de utilidade pública vai ser semelhante á das anteriores, de baixo para cima, do estabelecimento ao sindicato, do sindicato ao conselho de indústria, do conselho de indústria ao conselho local de economia, etc. Mas, tal como acontece com os transportes, também vai ser necessário coordenar á escala nacional as indústrias de utilidade pública. Isso é indispensável e vai proporcionar maiores possibilidades de desenvolvimento. Há até mesmo quem fale hoje em dia na unificação eléctrica de todo o continente europeu, para que nem um único quilowatt fique sem uso ou seja desperdiçado.

O conselho das indústrias de utilidade pública vai desempenhar um papel muito importante na construção do futuro do país, uma vez que todos os planos para aumentar a produção, diminuir o tempo de trabalho e fomentar o desenvolvimento cultural vão continuar a ser irrealizáveis enquanto que todas as fontes de energia que o país tem para oferecer não estiverem a ser utilizadas pelo novo sistema económico.

CONSELHO DAS INDÚSTRIAS DE TRANSPORTES

O Conselho das Indústrias de Transportes vai ser um dos mais importantes na nova economia. A sua coordenação tem que ser perfeita e acreditamos que isso vai ser obtido mais facilmente se suprimirmos a iniciativa privada, baseada no conflito e na competição.

Em Espanha existem, segundo com as estatísticas de 1930, 16.000 quilómetros de via-férrea, que empregam 150.000 ferroviários e empregados. As linhas principais são a M.Z.A. (Madrid, Saragoça, Alicante) e a Linha do Norte. As estradas nacionais cobrem 52.000 quilómetros. Temos ainda mais 7.000 quilómetros de estradas de província e 10.000 quilómetros de estradas locais. Contudo, quase metade das cidades espanholas continuam isoladas e fora do alcance das vias de comunicação modernas.

Em 1935, a Espanha tinha uma frota mercante de 1.265.321 toneladas. Desse número, cerca de 300.000 toneladas não estão a navegar, o que leva a que, só na Biscaia, hajam cerca de 15.000 marinheiros desempregados. Não sendo um país exportador importante, a Espanha não se acha na necessidade de competir com o transporte marítimo de outras nações, tendo simplesmente a tonelagem necessária para suprir ás necessidades do seu comércio local e externo. Existem, contudo, excelentes estaleiros de construção naval em Espanha, capazes de construir cargueiros e navios de guerra utilizando apenas materiais nacionais. Em 1921, a construção naval atingiu as 37.023 toneladas e, em 1931, foi alcançado o valor de 48.117 toneladas.

A aviação comercial também está a crescer. Em 1920, foram registadas 3.215 horas de voo, cobrindo uma distância total de 468.040 quilómetros. Em 1930, contaram-se 4.070 horas de voo, cobrindo 603.035 quilómetros e transportando 31.965 quilos de mercadoria e 6.300 passageiros. Existem escolas para pilotos militares em Madrid, Cartagena e Sevilha. Também existem escolas adequadas para mecânicos e técnicos, assim como um laboratório aerodinâmico em Madrid.

Depois da Revolução, nada disso será suprimido, mas vão todos beneficiar de uma melhor coordenação de todos os recursos disponíveis. O desenvolvimento vai continuar, com o

objectivo de obter maiores velocidades, maior conforto e uma maior economia de material e de trabalho, aperfeiçoando constantemente os serviços de transporte.

Vamos ter os problemas normais de uma organização burocrática, assim como o conflito entre a operação a pequena e a grande escala. Acreditamos, contudo, que a racionalização das indústrias de transporte, com a eliminação progressiva dos estabelecimentos de pequenas dimensões, é a opção mais desejável. Existe o perigo de abusos, desperdício e negligência do interesse comum, mas a organização a grande escala é certamente a mais eficiente e temos confiança na vigilância e no interesse dos trabalhadores, que vão velar pelo funcionamento adequado da organização. Em particular na indústria automóvel, certamente que um modelo de organização semelhante ao das pequenas fábricas de automóveis de Barcelona é preferível ao da fábrica Ford de Detroit.

O Conselho Nacional das Indústrias de Transporte da Espanha vai incluir nada menos do que 400.000 trabalhadores, mecânicos e técnicos e as suas funções vão ser altamente construtivas e benéficas para toda a estrutura económica.

CONSELHO DAS COMUNICAÇÕES

Em Espanha, os correios e os serviços de telégrafo são administrados pelo Estado. O serviço telefónico pertence a uma companhia privada, com capital estrangeiro. Não existem quaisquer dúvidas em como os serviços prestados pelos técnicos e as suas ajudas seriam muito mais eficientes se tanto a intervenção política, quanto a intervenção privada, fossem eliminadas.

Os correios empregam 31.760 funcionários. Existem cerca de 12.000 postos de correios em toda a Espanha. Em complemento aos correios, existem aproximadamente 4.000 postos de telégrafo, onde trabalham 20.000 empregados. Em 1931, existiam aproximadamente 3.000 estações telefónicas e 250.000 telefones. Em termos globais, vão ser necessárias entre 100 a 150.000 pessoas para que os serviços de correios, telegrafo e telefones funcionem de forma adequada.

As comunicações de um país desempenham uma função semelhante á do sistema nervoso de um organismo vivo e devem ser tratadas com especial cuidado. A Revolução deve desenvolver este serviço até à maior perfeição possível, assimilando para tal os elementos em excesso noutras indústrias. Existe uma escola oficial de telegrafia para os operadores, técnicos e engenheiros dos telégrafos. Existe igualmente uma escola nacional para o pessoal dos correios. Estas escolas podem ser desenvolvidas de forma a incluir também a rádio e todas as outras inovações modernas em termos de meios de comunicação. Depois de ter eliminado os directores puramente políticos e burocráticos do sistema actual, o pessoal dos correios, telégrafo e telefones vai organizar-se em conselhos locais, regionais e federais, com vista a um máximo de eficiência e responsabilidade.

CONSELHO DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Da mesma forma que a indústria têxtil enfrenta a necessidade urgente de obter um fornecimento adequado de algodão para suprir ás necessidades das suas fábricas, também a indústria química enfrenta a necessidade imediata de:

1 - Obter petróleo e os seus subprodutos através da destilação de carvão, lenhite e ardósia betuminosa, por meio do processo de hidrolise.

Na Alemanha, na Inglaterra, na França e noutros países, já se realizaram experiências de destilação de carvão com vista á produção de petróleo. Na Alemanha, as fábricas que já estão a funcionar produzem quase um milhão de toneladas de gasolina que, juntamente com outros

combustíveis, como o benzol e o álcool, representam mais de metade do consumo total. Se na Inglaterra e nos Estados Unidos o progresso não foi tão grande, foi devido á hostilidade e á oposição das companhias petrolíferas, que vêem nesta nova indústria uma concorrência perigosa.

2 - Produzir pastas para o fabrico de papel.

Existe igualmente a hipótese de produzir um combustível nacional, com base no álcool. De forma a resolver o problema do fornecimento de papel, que depende muito do reflorestamento, o conselho da silvicultura vai ter que cooperar com o conselho das indústrias químicas. A Revolução socialista vai ter a tarefa de coordenar todas essas forças, encerrando os estabelecimentos improdutivos, combinando outros, construindo novas fábricas e posicionando as diversas indústrias nas regiões mais apropriadas.

Cada fábrica química vai nomear um conselho, ou comité, responsável pela coordenação e regulação de todas as actividades das diversas secções do estabelecimento. Os conselhos de fábrica vão juntar-se para formar sindicatos, de acordo com a sua área de actividade. Vamos ter sindicatos de fábricas de vernizes e tintas, sindicatos de fábricas de álcool, etc. Esses sindicatos vão, por sua vez, formar o conselho local da indústria química.

O conselho das indústrias químicas vai fazer parte do conselho local de economia e vai, por sua vez, associar-se a outros conselhos de indústrias químicas da região, formando o conselho nacional das indústrias químicas. Esse organismo nacional vai dirigir as escolas de química, os laboratórios, os institutos de pesquisa, as bibliotecas, etc.

Tal como acontece na indústria metalúrgica e nas outras indústrias de base, o pessoal da indústria química deve ter a formação necessária para executar o seu trabalho. Portanto, a partir da altura em que os conselhos de fábrica e de indústria começarem a funcionar, deve igualmente atender-se á formação de um número adequado de técnicos e trabalhadores especializados, de forma a assegurar, desde o princípio, um máximo de eficiência.

CONSELHO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Não só é a Espanha atrasada em termos de indústria, como também em termos de saúde pública. Morre muita gente por causa da ignorância, da falta de higiene, da falta de ajuda médica adequada e da inanição. Morrem todos os anos cerca de 50.000 tuberculosos devido á falta de sanatórios e cuidados médicos adequados. Em toda a Espanha, só existem cerca de 35 sanatórios e dispensários para os doentes com tuberculose.

Morrem todos os anos, durante o parto, entre três a quatro mil mulheres e cerca de 17.000 crianças morrem á nascença. Este número excessivo de mortes é devido a carências médicas e sociais. A ciência médica progrediu bastante em Espanha e podemos considerá-la de nível igual á da dos países mais avançados. Contudo, os seus recursos só vão ficar ao dispor de todos na nova economia. Hoje em dia, a esmagadora maioria da população espanhola é demasiado pobre para beneficiar das vantagens e dos progressos da medicina.

Até a lepra se espalhou mais pelo nosso país do que imaginávamos! Em 1921, existiam 426 leprosos espalhados pelos hospitais e por um número de províncias. 356 cidades pequenas tinham sido invadidas por esta doença horrível.

Enquanto que metade de Espanha não tem acesso a quaisquer cuidados de saúde, o desemprego atinge um grande número de médicos. A Revolução tem que resolver tudo isto e não só vai tratar de dar emprego aos médicos, dentistas, enfermeiras e auxiliares, como também vai tratar de ampliar e aperfeiçoar todo o serviço médico, de forma a assegurar á população as melhores condições de saúde possíveis. Os médicos particulares vão desaparecer, uma vez que toda a profissão médica vai ser posta ao serviço da população. Os médicos particulares vão ser incorporados, juntamente com os dentistas, farmacêuticos e outros profissionais da saúde, nos seus respectivos conselhos, organizados de forma

semelhante á das outras actividades. O Conselho dos Serviços de Saúde Pública vai ser responsável pela criação de escolas e institutos de pesquisa, cuidando da saúde pública nas cidades e nos campos.

CONSELHO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS

A Espanha não é um país industrializado. É necessário apressar a industrialização, reconciliando o homem com a máquina. Foi impossível faze-lo sob o capitalismo, onde a máquina, capaz de produzir a abundância, acabava por privar a maioria do essencial para a vida.

Um sapateiro da Roma antiga fazia um par de sapatos por semana. O operário de uma fábrica moderna produz 500 pares por semana. Sem dúvida que muitos andavam descalços no tempo de César, mas há alguma justificação para que tal ainda aconteça nos nossos dias?

Em 1860, existiam na Espanha aproximadamente 150.000 operários industriais, 26.000 mineiros e cerca de 600.000 artesãos. Hoje em dia, não se encontra um artesão em parte alguma.

De entre as fábricas que produzem maquinaria, encontram-se as muito importantes fábricas de locomotivas e material ferroviário de Barcelona, Bilbao e Saragoça. Temos fábricas de automóveis e motores em Barcelona e nas províncias e também temos muitas fábricas que produzem maquinaria e ferramentas. Temos a Siderurgia del Mediterrâneo, em Sagunto, onde trabalham 4.000 operários e que é uma das mais importantes e modernas que existem em Espanha, tendo 200 quilómetros de via-férrea privada e um porto para seu uso pessoal. Temos ainda as fundições Martin Siemens, com capacidades de 80 e 90 toneladas e que são capazes de produzir diariamente 900 toneladas de aço.

Em 1923 existiam, só em Barcelona, 30.000 operários metalúrgicos. Devem existir cerca de 120.000 em toda a Espanha.

Em Espanha, produz-se uma média de 19 quilos de aço por habitante, número que sobe para os 200 quilos por habitante na Alemanha e 150 na Bélgica. Os nossos recursos de ferro, estimados em 600 milhões de toneladas, devem ser suficientes para permitir o desenvolvimento de uma importante indústria metalúrgica.

CONSELHO LOCAL DE ECONOMIA

Existem três escolas económicas possíveis: (1) Capitalismo Privado, (2) Capitalismo de Estado, (3) Economia Socializada, ou Comunismo.

Já conhecemos as desastrosas consequências do capitalismo privado e também já expusemos as nossas objecções ao Capitalismo de Estado praticado na Rússia. A solução que propomos é a Economia Socializada, não só porque é o sistema social mais justo, mas também porque é a única maneira de superar as monstruosas contradições resultantes de um sistema de produção baseado na competição e na obtenção de lucro.

Para facilitar a troca de produtos, só existem dois meios: (1) o sistema monetário, (2) o controlo social do consumo, segundo os stocks disponíveis. A nossa preferência vai para o segundo método, através do qual vamos estabelecer a unidade da produção e a unidade do consumo, conforme as necessidades da sociedade.

Depois de termos organizado a produção e a distribuição nas diferentes indústrias de uma forma semelhante á de uma grande cooperativa, na qual todos têm os mesmos direitos e deveres e onde ninguém vive ás custas da exploração do trabalho alheio, vai ser necessário reuni-las num órgão de coordenação, ao qual vamos dar o nome de Conselho Local de Economia.

Este conselho vai substituir os órgãos políticos actuais, tais como os municípios e as assembleias. Em caso de emergência, ou perigo de contra-revolução, o Conselho Local de Economia vai assumir a missão de organizar a defesa e de criar um corpo de voluntários para vigilância e, se necessário, para combate.

O Conselho Local de Economia também vai agir como uma plataforma para o estabelecimento de relações com outras localidades. As necessidades dos produtores e dos consumidores vão ser determinadas através dos conselhos locais de economia, que vão tratar de aumentar, reduzir, ou até mesmo de cessar a produção, conforme seja necessário.

Com esta breve exposição que fizemos dos órgãos da nova economia, vimos que o novo sistema social não é classicista e não admite a opressão ou a exploração de ninguém. Não é feita nenhuma distinção entre homens e mulheres adultos. Mas, na nova economia, o trabalho deve ser uma obrigação social. Quem não o cumprir de forma voluntária vai ser arbitrariamente excluído dos benefícios que advêm da pertença uma comunidade produtiva e livre. Não podemos garantir que, com a nova economia, a coerção e o autoritarismo vão ser impossíveis. Os órgãos da nova economia podem ser bons ou maus. Eles podem ser uma garantia de liberdade e também podem ser o instrumento da força. É essa a diferença essencial entre eles e o aparelho burguês, ou estatal, cujas instituições são necessariamente autoritárias e não podem ser outra coisa. Fingir que o Estado capitalista não o é e esperar que ele tenha em conta os interesses dos trabalhadores, para opressão dos quais foi criado, é um absurdo. Por outro lado, a nova economia, que não defende nenhuma classe exploradora e luta apenas contra o parasitismo e o privilégio, não vai ter nenhuma necessidade de empregar meios de coacção depois do parasitismo e dos privilégios sociais terem sido abolidos.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Até agora, só falámos da organização da indústria e da agricultura á escala local. Também dissemos que, na economia moderna, o isolamento é impossível e enfatizámos a necessidade de um interrelacionamento adequado entre todos os elementos coordenados da produção, distribuição e consumo.

Em Espanha, temos diversas regiões com as suas próprias características e peculiaridades em termos de língua, história e geografia, que vão ser os futuros centros da organização económica. Os Conselhos locais de economia das cidades vão juntar-se aos conselhos municipais das províncias e dos campos para formarem o Conselho Regional de Economia, de funções semelhantes, mas a uma escala maior. Desta forma, vamos ter um Conselho das Ilhas Baleares, um Conselho da Catalunha, um Conselho da Navarra Basca, um Conselho da Galiza e outros conselhos regionais de economia. Cada região vai dispor de total autonomia administrativa e, desta forma, as regiões vão obter finalmente o seu estatuto de autonomia, pedido em vão ao governo capitalista central. Autonomia, contudo, não significa isolamento ou independência, uma vez que todas as regiões de Espanha são necessariamente interdependentes.

A vantagem da economia regional reside no facto de os habitantes de cada região conhecerem melhor os problemas do seu território e consagrarem maior interesse e entusiasmo aos seus esforços para desenvolvê-lo. A cultura também fica a ganhar com esta situação, em termos de

valor e de significado. Kropotkine tinha razão ao exaltar, por exemplo, a arte das cidades livres da Idade Média. Não devemos esquecer, contudo, que os resultados vão ser mais ou menos fecundos de acordo com o temperamento, a inteligência e a mentalidade dominante em cada região, sendo o produto, não do isolamento, mas de um contanto maduro e permanente com outras regiões e o mundo exterior.

O Conselho Regional de Economia, através do seu Conselho de Crédito e Troca, vai atender às estatísticas da produção, do consumo, da força de trabalho e das matérias-primas disponíveis. Ele vai administrar os trabalhos públicos de grande escala, ficando igualmente responsável, em conjunto com todos os conselhos locais federados, pela criação de institutos científicos e de pesquisa.

O conselho regional de economia vai estimular a produção e melhorar os métodos de trabalho, intensificando a produção agrícola, tornando férteis os terrenos áridos ou rochosos através de trabalhos de irrigação, etc.

Nenhum outro regime político ou económico vai respeitar tanto a vida regional, com os seus costumes, língua e peculiaridades, quanto nós nos propomos a fazê-lo. No nosso plano, a maior coordenação de todas as actividades económicas é obtida tendo por base a mais perfeita autonomia de cada membro da federação, do indivíduo aos conselhos locais de economia.

Os conselhos regionais de economia vão convocar periodicamente assembleias com o fito de eleger ou reeleger os seus membros e também para, com base na livre iniciativa e na livre opinião, conceberem os programas a serem realizados.

Os conselhos regionais vão constituir, enviando delegados ou por intermédio de assembleias, o Conselho Federal de Economia, o mais alto órgão de coordenação económica do país. Este último vai ser uma associação nacional permanente, servindo de contrapeso a quaisquer possíveis tendências de isolamento regional.

Paralelamente a essa estrutura, vamos ter a Federação Nacional dos Conselhos de Indústria, cuja missão se limita à adequada coordenação de todas as actividades industriais e agrícolas do país.

Considerando que esta federação está organizada numa base corporativista, vamos ter no Conselho Federal de Economia o seu contrapeso social, que pode, caso seja necessário, ajudar a corrigir possíveis excessos de corporativismo sindical e vice-versa. Uma cooperação mútua de ambos, partilhando informações e iniciativas, seria extremamente proveitosa.

De qualquer forma, se for necessário avaliar trabalho e fixar um meio de troca, vão ser os conselhos locais, regionais e federais de economia a decidir quais são as normas a serem seguidas. Desta forma, vão-se evitar possíveis exageros, quer da parte das indústrias, quer da parte das federações nacionais, a respeito do valor das suas actividades.

A troca de produtos também vai fazer parte das funções dos conselhos de economia. Os conselhos locais e regionais de indústria não vão ficar incumbidos dessa tarefa.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Começámos com a célula fundamental: o trabalhador, o camponês, o mineiro e o pescador. Passámos de seguida para a primeira estrutura formada por células de funções semelhantes com o mesmo local de funcionamento: o conselho de fábrica, o conselho da mina, a quinta colectiva. De seguida, unimos essas primeiras colónias funcionais em sindicatos e, posteriormente, em conselhos de indústria, onde os esforços de produção são combinados para formarem uma função económica completa. Já vimos como esses conselhos de indústria se federaram entre si para formar, por um lado, conselhos locais de economia e, por outro, uma

federação nacional dos conselhos de indústria. Através dos conselhos locais de economia, o trabalho atinge unidade e organização á escala local. Em seguida, o mesmo é conseguido á escala regional através dos conselhos regionais de economia. Finalmente, consegue-se a unificação da produção á escala nacional integrando-se as delegações dos diferentes conselhos regionais no Conselho Federal de Economia.

O princípio da força não é parte inerente deste mecanismo anti-capitalista de organização de trabalhadores. A sua estrutura adapta-se às modernas concepções do mundo e responde a um intenso desejo de combinar a liberdade individual com a obrigação de trabalhar para o bem comum. A nossa concepção da economia enquanto um todo é algo inevitável. Quer seja através de meios revolucionários ou de meios reaccionários, é necessário que se proceda á unificação económica do mundo. Com a presente ordem de coisas, o individualismo económico e o isolamento não são hipóteses a ter em conta. A economia tem que ser planificada, de forma a evitar abusos e desperdícios. A eterna aspiração do indivíduo para ser diferente vai poder, contudo, ser expressa de mil formas e não vai ser submergida por nenhum processo de nivelamento. Não acreditamos que o facto do indivíduo contribuir para o bem comum leve, de modo algum, ao nivelamento. Mesmo que se empreguem métodos de trabalho estandardizados, os trabalhadores vão ter muito tempo, durante as suas horas de lazer, para desenvolver as suas aptidões e talentos individuais.

De uma vez por todas, temos que compreender já não estamos a embalar o berço de uma pequena utopia. Temos que compreender a vasta Revolução que se operou nos processos de produção. Para se construir uma economia socializada, dirigida ou planeada, não importa o nome, é indispensável que se siga a evolução do mundo económico moderno.

O conselho federal de economia, formado por todos os núcleos do trabalho organizado, do simples ao complexo e de baixo para cima, une toda a estrutura económica do país e é a resultante de um infinitamente complexo sistema de forças convergindo para o mesmo ponto: aumentar a produção e distribuí-la melhor.

Se o socialismo e suas variantes tivessem aceite, desde o princípio, que era necessário substituir o decrépito sistema político e económico do capitalismo por organismos adequados de economia prática, as coisas teriam sido muito diferentes. Na verdade, a solução deles continha a nefasta ideia de um aparelho estatal, com os seus atributos de poder e de controlo para decretar novas tábuas da lei.

Por outro lado, a facção revolucionária, lutando ferozmente contra o inimigo comum, pouco tempo teve para pensar na construção da nova sociedade. A história de todos os revolucionários foi sempre composta por actos de heroísmo e por infindáveis sacrifícios. Portanto, ao enfrentar o problema de transformar a sociedade, a Revolução não pode considerar o Estado como um meio de acção, devendo antes confiar na auto-organização dos produtores.

É essa a norma que seguimos e não vemos que utilidade pode ter um poder superior ao trabalho organizado para estabelecer a nova ordem de coisas. Ficávamos agradecidos se alguém fosse capaz de nos mostrar que funções (se alguma) pode o Estado desempenhar numa sociedade onde a propriedade privada foi abolida e o parasitismo e o privilégio não existem. A supressão do Estado não pode ser encarada como um assunto de pouca importância: a Revolução tem que acabar de vez com o Estado. Ou a Revolução dá a riqueza social aos produtores, que se auto-organizam para proceder á devida distribuição social da mesma e o Estado fica sem nada para fazer, ou a Revolução não dá riqueza social aos produtores sendo, portanto, uma mentira e o Estado continua a existir.

O conselho federal de economia não é uma autoridade política, mas sim um poder regulador económico e administrativo. Ele recebe as suas instruções a partir de baixo e opera de acordo com as decisões tomadas nas assembleias regionais e nacionais. É um corpo de ligação e nada mais.

O conselho federal de economia vai ter um papel importante a desempenhar na divulgação das novas normas, encorajando o interrelacionamento regional e fomentando a solidariedade nacional. Baseando-se nas estatísticas que lhe são enviadas por todas as fontes de actividades económicas e sociais, o conselho federal vai estar a par das realidades económicas do momento. Ele vai saber onde se encontram os excessos e os défices de produção, quais são as necessidades em termos de transportes e comunicações, se são necessárias novas estradas, novos cultivos, ou novas fábricas. E, se as regiões não tiverem ao seu dispor recursos suficientes, ele vai proporcionar ajuda nacional para os trabalhos públicos de necessidade reconhecida.

O conselho federal de economia não vai carecer de quaisquer gendarmes para obrigar ao cumprimento das suas sugestões e propostas. Nos parlamentos burgueses são feitas leis que só os juristas entendem e que, para serem cumpridas, carecem de coacção policial. No conselho federal de economia, a autoridade suprema reside nos números e nos dados da estatística e a coerção, além de ser impossível em si mesma, iria produzir resultados estéreis e opostos ao pretendido.

O reinado dos oradores parlamentares vai ser substituído pelo dos factos da estatística, que são infinitamente mais eloquentes e em consonância com a realidade viva.

CONSELHO DE CRÉDITO E TROCA

No Conselho de Crédito e Troca, encontramos a soma cumulativa de todas as funções e inter relações económicas. Sob a nova economia, na qual o crédito vai ser uma função social útil e não uma forma de especulação privada ou usura, este conselho vai ter uma missão importante a desempenhar, enquanto meio de importância vital para se atingirem a prosperidade e o progresso. O crédito vai ter por base as potencialidades económicas da sociedade, não os juros ou o lucro. A acção deste conselho vai basear-se em estatísticas exactas da produção e do consumo. Os seus funcionários vão ser escolhidos de entre os das actuais instituições bancárias.

A troca de produtos vai ser feita sob o controlo monetário. Com base nas estatísticas, o conselho de crédito e troca vai regular a distribuição dos produtos, transmitir ordens e, basicamente, desempenhar a função que é agora da competência dos estabelecimentos comerciais. O Conselho não vai ter que se preocupar com a distribuição dos produtos, uma vez que os conselhos de indústria estão organizados de forma adequada para se ocuparem de todas as operações, desde a produção das matérias-primas á entrega do produto fabricado ao consumidor. A missão do conselho vai ser desempenhar o papel de centro da oferta e da procura.

Se for necessário – como provavelmente vai ser – criar um símbolo de troca para responder ás necessidades da circulação e troca de produtos, o conselho de crédito e troca vai criar uma unidade de troca com este propósito, exclusivamente para facilitar as trocas, não para servir como poder monetário.

Este conselho vai ter uma organização semelhante á dos demais, mas vai funcionar como um elo de ligação entre todos os Conselhos, estabelecendo desta forma uma solidariedade perfeita na nova economia. Os conselhos locais de economia vão ser parte do Conselho de Crédito e Troca. Os conselhos regionais de crédito e troca vão formar o Conselho Nacional de Crédito e Troca, que vai regular, em conjunto com o Conselho federal de Economia, o comércio exterior e as relações financeiras internacionais.

Durante alguns anos, não vamos dispor de abundância e, em consequência disso, a produção e a distribuição vão ter que ser alvo de um controlo rigoroso. O individualismo, tal como é praticado sob o regime capitalista, iria levar a abusos e desigualdades de consumo, assim como á insegurança na produção. É por isso que a condição essencial da nova economia é o seu carácter social, cuja função especial consiste em assegurar, pelo menos, um padrão mínimo de existência á população. Quando a produção for mais abundante, quando o progresso técnico tiver tornado possível um padrão de vida superior, então trataremos da

satisfação dos desejos pessoais, depois de já termos obtido o mínimo indispensável á existência de cada um.

O Conselho de Crédito e Troca vai ser como que uma espécie de termómetro da produção e das necessidades do país. As associações de produtores vão saber através dele quais os bens que devem produzir e para onde os devem enviar. Os gabinetes de estatística que, sob o presente sistema social, só exercem uma função decorativa, vão constituir o eixo central do Conselho de Crédito e Troca, disponibilizando todos os dados necessários á administração competente da nova estrutura económica.

CONSELHO DAS PUBLICAÇÕES E ACTIVIDADES CULTURAIS

Já mencionámos, num capítulo anterior, a escassez das matérias-primas necessárias para se dispor de uma provisão adequada de papel e também sugerimos que se remediasse esse problema com um reflorestamento. Em 1928, sem contar com os jornais e revistas, publicaram-se em Espanha 2.830 livros e 3.578 folhetos e brochuras.

A organização das fábricas de papel também pode incluir a preparação de pastas e polpa. Os impressores vão formar um sindicato de artes gráficas. De igual modo, cada núcleo de escritores, jornalistas e cientistas vai formar o seu respectivo conselho. Unindo-se, eles vão formar o sindicato dos escritores e jornalistas. Em conjunto com o conselho dos transportes, as comunicações e o conselho de crédito e troca, o conselho da indústria de publicações também faz parte de uma espécie de sistema nervoso social, que une as diversas partes do organismo social. A missão dos jornalistas e dos editores na nova economia tem uma importância especial. A ciência, a literatura, a arte e a informação vão ficar ao dispor de todos na sua mais pura forma. Não vai haver nenhum interesse bastardo em explorar as publicações para lucro privado. A luz virá a todos tão livre e tão pura quanto a do sol, sem disfarces de casta e sem a mancha das facções.

Não somos os primeiros a supor que, no regime capitalista, a instrução pública cumpre um papel que é muito mais motivado pelas necessidades da vida moderna, que precisa de que os trabalhadores sejam capazes de ler, escrever e contar, do que por um desejo sincero de cultura e progresso para o povo. Seja como for, a cultura, sob o capitalismo, só sobrevive através da perversão e da falsificação, pondo-se ao serviço das classes dominantes. A escola, a universidade, o cinema, o teatro, o desporto, etc., são usados para justificar legal, moral e materialmente os privilégios de uns poucos e a escravidão da vasta maioria.

"O capital", diz Ferdinand Fried [1], "tem em tão pouca estima a ciência, que só vê as universidades como escolas profissionais para criar melhores forças de trabalho."

A nova economia, sendo o produto da contribuição e do esforço de todos, deve desenvolver uma verdadeira cultura, sem outro fim que não seja o progresso e elevação do ser humano a um nível superior. A cultura pode não fazer parte, enquanto tal, da estrutura económica da nova ordem, mas a nova sociedade que pensa, não o trabalhador, mas o homem, alimenta-se tanto de pão, quanto de conhecimento.

O organismo da cultura, intimamente ligado a todos os outros organismos de produção e distribuição, também é constituído como uma entidade orgânica, desde a escola, com o seu conselho administrativo formado por professores, pais e alunos, até ao sindicato de professores e ao conselho local, formado pelos vários sindicatos. As universidades vão ter, contudo, uma estrutura diferente. Por exemplo: a faculdade de química vai passar para a alçada do Conselho das Indústrias Químicas, as faculdades de engenharia vão passar a depender do seu respectivo conselho de indústria e assim sucessivamente.

Os teatros que só funcionam para lucro privado vão tornar-se no futuro em instrumentos de cultura. Os cinemas, os desportos, etc., vão ser integrados no Conselho das Actividades Culturais e vão cumprir, pela primeira vez, a sua real função. Da mesma forma, a arte, que é hoje em dia o privilégio de minorias selectas e ricas, vai ficar ao dispor de todos, enobrecendo

e embelezando as vidas de todos aqueles que forem capazes de a apreciar. Não só vamos acabar com a ignorância, como também vamos pôr ao dispor de cada criança um conhecimento real e uma preparação técnica para o trabalho na indústria e na agricultura.

A Revolução precisa de trabalhadores capazes, de camponeses com iniciativa, de homens com uma preparação sólida, que as novas escolas e institutos de pesquisa vão ficar encarregues de formar. Vai ser então que a Espanha vai ficar em posição de realizar as esperanças mais românticas dos seus patriotas mais exaltados.

O capitalismo não é capaz de sustentar o actual aparelho de educação pública. Ele tem que reservar a maior parte do seu orçamento para a manutenção da ordem pública, do exército e da marinha. O professor é um funcionário pobre, esquecido e que vive em miséria. A nova economia precisa de milhares de novas escolas, milhares de novos professores e centenas de escolas especializadas nas indústrias e agricultura.

[1] "O Fim do Capitalismo"; Ed. Grassei, Pans, pág. 122.

Terceira Parte - A Revolução Libertária

ECONOMIA E LIBERDADE

O anarquismo, que significa liberdade, é compatível com as mais diversas condições económicas, partindo da premissa de que essas condições não possam implicar, tal como acontece sob o monopólio capitalista, a negação da liberdade. O anarquismo é uma atitude do espírito em direcção á vida e, em todos os sistemas económicos que não sejam monopolistas, o homem é capaz de ser o senhor de si mesmo e de viver segundo a sua vontade, rejeitando toda a imposição exterior.

A negação do princípio da autoridade do homem sobre o homem não depende do alcançar de um nível económico predeterminado. O anarquismo opõe-se ao marxismo, que pretende atingir um sistema que será o corolário do processo de evolução do sistema capitalista. Para se ser um anarquista, é necessário que se atinja um certo nível de cultura e de consciência da capacidade e da possibilidade da autodeterminação. Os idiotas não podem tornar-se anarquistas; a sociedade vai ter que cuidar deles, tal como cuida dos fracos e dos incapacitados.

Estamos conscientes de que o grau de desenvolvimento económico e as condições materiais de vida exercem uma influência poderosa sobre a psicologia humana. Quando confrontado com a fome, o individuo torna-se egoísta; a abundância pode torná-lo generoso, amigável e sociável. Todos os períodos de privações e de penúria produziram a brutalidade, a regressão moral e a luta feroz de todos contra todos pelo pão de cada dia. Consequentemente, é fácil de ver que a economia influencia seriamente a vida espiritual do individuo e as suas relações sociais. É precisamente por isso que pretendemos estabelecer as melhores condições económicas possíveis, que vão agir como um garante de relações sólidas e iguais entre os homens. Não vamos deixar de ser anarquistas por termos o estômago vazio, mas não gostamos propriamente de ter o estômago vazio.

Queremos um regime económico no qual a abundância, o bem-estar e a satisfação fiquem ao alcance de todos. Esta aspiração não nos distingue enquanto revolucionários. O ideal do bem-estar é partilhado por todos os movimentos sociais. O que nos diferencia é a nossa condição de anarquistas, que colocamos inclusive á frente do nosso bem-estar. Pelo menos como indivíduos, preferimos a liberdade acompanhada pela fome á saciedade acompanhada pela escravatura e pela submissão.

Se apoiamos o comunismo, não é porque esse sistema seja idêntico ao anarquismo. O comunismo pode ser realizado sob as mais diversas combinações económicas, individuais e colectivas. Proudhon defendia o mutualismo; Bakunine, o colectivismo; Kropotkine, o comunismo. Malatesta concebeu a possibilidade de sistemas mistos, em especial durante o primeiro período. Tarrida del Marmol y Mella defendeu o anarquismo puro, sem quaisquer considerações económicas, o que pressupõe a liberdade de experimentar ou estabelecer para teste aquilo que cada período e cada local julgar mais conveniente.

O que podemos dizer é que pretendemos atingir um sistema económico de direitos iguais e de justiça, no qual a abundância seja possível. Ou seja, a devida satisfação das necessidades materiais vai criar por si mesma uma disposição para a sociabilidade e constituir desta forma um garante sólido da liberdade e da solidariedade. O homem, quando forçado a competir contra o seu semelhante, torna-se num lobo e nunca se pode tornar num irmão para o seu semelhante se não dispuser de segurança material.

Se o anarquismo para os anarquistas pode existir tanto na abundância quanto na miséria, o comunismo terá que ter por sua base a abundância. No comunismo, há uma certa generosidade e esta generosidade, numa altura em que se sofram privações, é substituída pouco a pouco pelo egoísmo, pela desconfiança e pela competição, ou seja, pela luta pelo pão. Portanto, repetimos: a abundância é indispensável para se assegurar uma vida comum progressista.

Nós encaramos, portanto, a reorganização económica do futuro, livres de quaisquer noções preconcebidas, sistemas fixos ou dogmas. O comunismo vai ser o resultado natural da abundância, sem a qual vai continuar a ser apenas um sonho. Em cada lugar, o grau de comunismo, colectivismo ou mutualismo atingido vai depender das condições prevalecentes. Quem vai ditar as regras? Nós, que fazemos da liberdade a nossa bandeira, não a podemos negar no campo económico. Deve existir, portanto, a liberdade de experimentar, de expor iniciativas e sugestões, assim como a liberdade de organização.

Para tornar possível esta liberdade, temos que insistir no pré-requisito da abundância, que só pode ser alcançada através do uso das técnicas industriais, da agricultura moderna e do progresso científico. Mas a indústria moderna, assim como a agricultura moderna, tem os seus próprios limites e o seu próprio ritmo. O ritmo humano não impõe a sua velocidade á máquina; é o ritmo da máquina que determina o progresso humano.

Com a Revolução, a propriedade privada vai ser suprimida, mas a fábrica vai continuar a existir, a seguir os mesmos métodos de produção e a desenvolver-se da mesma forma. O que vai mudar vai ser a distribuição da produção que, ao invés de obedecer ás leis do juro e do lucro, vai satisfazer as necessidades de todos, numa base igualitária. A fábrica não é um organismo isolado, nem pode funcionar de forma independente. Ela faz parte de uma rede complicada, espalhando-se através do lugar, da região e da nação, ultrapassando todas as fronteiras.

O autor deste texto conheceu o isolamento económico na sua aldeia natal, situada num pequeno vale escondido, isolada de todo o contacto com a civilização até há apenas trinta anos. Tosquiava-se a lã das ovelhas, faziam-se sapatos com a lã; o trigo era cultivado e transformado em pão; as ervas das colinas circundantes tornavam desnecessário que se trouxessem medicamentos do exterior. Nós sabíamos que, para além do nosso vale, havia uma espécie de poder superior, que enviava cobradores de impostos e policiaes. Esta pequena aldeia, até há apenas trinta ou quarenta anos atrás, vivia de forma autónoma. Mas agora tudo está diferente, e ainda bem. As pessoas da aldeia usam roupas tecidas em Barcelona ou em Lancashire, feitas com lã argentina ou australiana, ou com algodão indiano ou americano. Elas têm rádios feitos na Inglaterra ou na França, elas bebem café brasileiro. Seria desejável um regresso ao isolamento económico? Ninguém o havia de querer; toda a gente quer desfrutar dos benefícios trazidos pela inteligência e pelo trabalho. É simples de ver: mil laços diferentes unem o mais insignificante lugar á economia nacional e mundial.

Não nos interessa como os trabalhadores, empregados e técnicos de uma fábrica vão fazer para se organizarem a si mesmos. Isso é lá com eles. Mas o fundamental é que, desde o princípio da Revolução, haja uma coesão apropriada entre todas as forças produtivas e distributivas. Isto significa que os produtores de cada localidade devem chegar a um entendimento com todas as outras localidades da província e do país e que deve haver um entendimento internacional directo entre os trabalhadores do mundo. Esta coesão é obrigatória e indispensável para o próprio funcionamento de todos os elementos da produção. A interdependência entre a fábrica e a central eléctrica, as fundições de Bilbau e a produção mineira, os caminhos-de-ferro e a agricultura, a construção e mil e um ofícios e actividades, tudo pressiona para a máxima coordenação possível da produção e da distribuição.

Acreditamos que exista alguma confusão nos ciclos libertários entre a convivialidade social, as afinidades de grupo e o funcionamento da economia. No passado, os poetas imaginaram visões de Arcádias felizes ou de comunas livres mas, para o futuro, as condições parecem ser bastante diferentes. Na fábrica, não vamos estar á espera de encontrar a afinidade da amizade, mas sim a afinidade do trabalho. Não é afinidade de carácter, excepto se for em termos de capacidade profissional e de qualidade do trabalho, que constitui a base da convivialidade da fábrica. A comuna livre é o resultado lógico do conceito de afinidade de grupo, mas não existem comunas desse género na economia, porque isso ia pressupor a independência económica e não existem comunas economicamente independentes.

Uma coisa é a comuna livre do ponto de vista político ou social e outra coisa muito diferente é a comuna livre do ponto de vista político ou económico. Na última, o nosso ideal é a comuna

federada, integrada no mecanismo económico total do país ou dos países em Revolução. O comunismo económico é igualmente um resquício dos velhos conceitos jurídicos de propriedade comunal e nós, que advogamos a supressão de toda a propriedade privada, não queremos que, no lugar do antigo proprietário individual, apareça um novo proprietário com muitas cabeças. O nosso trabalho na terra ou na fábrica não faz de nós proprietários individuais ou colectivos da terra ou da fábrica, mas faz de nós contribuidores para o bem-estar comum. Tudo pertence a todos e o produto do trabalho de todos deve ser distribuído de forma tão equitativa quanto o próprio trabalho humano. Não podemos concretizar a nossa Revolução económica a uma escala local; uma economia que tenha por base o isolamento só consegue gerar privações e escassez de produtos. A economia é hoje em dia um vasto organismo e todo o isolamento só se pode mostrar prejudicial. Seria preciso suprimir o trabalho especializado para se poder fazer das comunas livres um ideal económico. Isso é, escusado será dizê-lo, impossível. Temos que trabalhar segundo um critério social, tendo por base os interesses de todo o país e, se possível, de todo o mundo.

A REVOLUÇÃO LIBERTÁRIA

Já dissemos que o anarquismo é a expressão da nossa aspiração por uma vida livre. Afirmámos que o anarquismo pode existir tanto na penúria quanto na abundância, sob uma forma de organização económica ou outra. Vamos agora aprofundar outros aspectos do pensamento libertário.

O que nos distingue principalmente enquanto indivíduos e enquanto movimento é a nossa posição sobre o que diz respeito ao Princípio da Autoridade. A nossa afirmação constante do respeito pela liberdade de todos e de cada um. Com a excepção dos métodos empregues, as nossas soluções no campo económico coincidem com as de outros movimentos sociais. No campo político, nós substituímos o princípio da autoridade e a sua máxima encarnação, o Estado e os seus instrumentos repressivos, pelo livre entendimento dos diferentes grupos sociais. Neste aspecto, nós, os anarquistas, estamos mais isolados e, mesmo durante Revolução vitoriosa, ainda ficaríamos isolados. Acreditamos que existam muitas pessoas que só não estão do nosso lado devido á ignorância, mas a maior parte das pessoas foi influenciada de forma negativa por uma educação autoritária. Além disso, elas não entendem as nossas aspirações, por não terem a mesma sensibilidade que nós e por não terem desenvolvido de forma suficiente o seu sentido de liberdade, de independência e de justiça.

A Revolução pode fazer despertar em muitos as forças da libertação, mantidas num estado de letargia pela rotina diária e por um ambiente hostil. Mas ela não vai ser capaz de, como se por meio de artes mágicas, transformar a minoria anarquista numa maioria social absoluta. E mesmo que, no futuro, nos tenhamos tornado numa maioria, ainda há-de continuar a existir uma minoria dissidente que há-de suspeitar e de se opor ás nossas inovações, temendo a nossa audácia experimental.

Contudo, se agora não renunciarmos á violência como forma de combater as forças que pretendem escravizar-nos, na nova ordem económica e social de coisas só podemos seguir a linha da persuasão e da experiência prática. Podemos opor-nos de forma violenta àqueles que tentarem subjugar-nos em nome dos seus interesses ou posições, mas não podemos recorrer á força contra aqueles que não partilham dos nossos pontos de vista e que não querem viver da mesma forma que nós. Neste aspecto, o nosso respeito pela liberdade deve abranger a liberdade dos nossos adversários viverem a sua própria vida, sempre com a condição de que eles não se comportem de forma agressiva e não neguem a liberdade dos outros.

Se, durante a Revolução Social, apesar de todos os obstáculos, conseguíssemos tornarmo-nos numa maioria, o trabalho prático de reconstrução económica ficaria muitíssimo facilitado, porque íamos poder contar de imediato com a boa vontade e o apoio das massas. Mas, mesmo assim, íamos ter que respeitar as experiências das diferentes minorias e chegar a um entendimento com elas no que diz respeito á troca de produtos e serviços. Certamente que, enquanto minoria histórica, nós, os anarquistas, também temos o direito de reivindicar esta liberdade de experimentação e defendê-la com toda a nossa força contra todo o partido ou classe que tente esmagá-la. Toda a solução totalitária assume contornos fascizantes, mesmo

que seja defendida em nome do proletariado e da Revolução. O novo modo de vida é apenas uma hipótese social, que só pode ser avaliada através da experiência prática.

Estamos convencidos de que a justiça e a verdade estão do nosso lado, apesar de, ao mesmo tempo, reconhecermos os direitos das outras tendências sociais, os seus métodos e as suas aspirações. Acreditamos que as nossas ideias estão mais perto da verdade, mas não nos consideramos infalíveis, nem negamos a sinceridade e a boa fé das outras doutrinas. Qual será o método capaz de demonstrar a validade das nossas ou outras hipóteses sociais? O nosso, ou o de um outro qualquer programa revolucionário?

Na Idade Média, as pessoas inclinavam-se perante a palavra de Deus. Mais tarde, os homens haviam de resolver as suas diferenças por meio de um duelo. Quem esmagasse a cabeça do outro era considerado o vencedor, com a justiça e a verdade do seu lado. Será que nós queremos que, hoje em dia, a palavra de Deus seja substituída unicamente pela força enquanto meio de provar qual das diferentes tendências revolucionárias tem mais razão? Nós reflectimos sobre o anarquismo na Rússia: será que o facto de ele ter sido praticamente exterminado pela nova ditadura provou que ele não tinha qualquer direito de existir? Se nós repudiamos este procedimento enquanto forma de provar a superioridade de um determinado partido revolucionário, não é só porque o fizeram na Rússia; nós também repudiamos qualquer tentativa da nossa parte de o pôr em prática em Espanha. Nós queremos que, em primeiro lugar, se reconheça o direito á livre experimentação por parte de todas as tendências sociais na nossa Revolução; por isso, ela não vai ser nenhuma nova tirania, mas sim a entrada no reino da liberdade e do bem-estar, no qual todas as forças vão poder ser manifestadas, toda as iniciativas experimentadas e todos os avanços postos em prática. A violência pode ser justificada quando se trata de destruir de um velho mundo de violências, mas ela vai tornar-se contra-revolucionária e anti-social se for empregue enquanto forma de reconstrução.

Nas Astúrias, durante a Revolução de Outubro, emergiram duas tendências bem definidas: nalgumas localidades foi proclamada a Republica Socialista, noutras, o Comunismo Libertário. Se a Revolução tivesse conhecido um desfecho diferente, quais teriam sido as consequências? Infelizmente, o respeito pela livre experimentação teria de depender da força que a nossa tendência tinha ao seu dispor para se opor ás pretensões de um regime totalitário. Os anarquistas não teriam colocado qualquer oposição ás inovações nos métodos de trabalho e distribuição que os socialistas realizaram em Oviedo, enquanto que em Gijon e La Felguera se pôs em prática o Comunismo Libertário. Talvez as tendências socialistas e comunistas, por não serem idênticas, tivessem desencadeado uma guerra civil no dia a seguir ao do derrube da burguesia e do Estado, para determinar se o futuro seria social-democrata, bolchevista, ou libertário; seria uma guerra entre irmãos, que teria aniquilado o espírito e as promessas da Revolução.

Não sabemos se os nossos amigos nas Astúrias teriam sido capazes de defender o seu direito á existência contra o totalitarismo socialista ou comunista. Talvez naquele lugar eles se fossem encontrar a si mesmos em minoria. Mas, no resto da Espanha, caso houvesse uma Revolução, nós teríamos uma maioria indiscutível, tal como se viu em Aragão, em Rioja e Navarra, na Andaluzia, na Catalunha e no Levante. Imaginem o desastre e a morte da Revolução que teria tido lugar se nós fôssemos defender o mesmo critério totalitário mantido pelos socialistas e pelos bolchevistas.

No campo político, nós temos que renunciar, naturalmente, á hegemonia de um comité, de um partido, de uma determinada tendência; ou seja, temos que renunciar ao Estado enquanto instituição que exige obediência de todos com ou sem o seu consentimento. Sem esta recusa de um Estado que dite a lei para todos, não podemos ter uma verdadeira Revolução ou bem-estar social, porque manter o Estado é manter a maior fonte de exploração do trabalho humano.

Isto não implica que a nova ordem económica vá excluir a solidariedade, o apoio mútuo e a concórdia. Antes pelo contrário, onde o isolamento económico for impossível, a Gijon comunista libertária vai precisar da Oviedo socialista. Tal como acontece com a questão da organização económica, o mais importante é a existência de uma boa vontade recíproca entre

as diferentes facções e de uma disposição para pactuar. Assumindo esta boa vontade, o entendimento virá de forma natural, apesar das diferenças políticas e sociais que possam separar os intervenientes. Desta forma, vai ser possível organizar uma magnífica rede de relações e intercâmbios à escala nacional, sem que se careça de um regime unitário que regule a produção e a distribuição numa base monopolizadora.

Durante mais de meio século, o marxismo produziu divisões no campo dos trabalhadores devido à sua defesa dogmática da ideia de um estado totalitário. Nós pretendemos a união de todos os trabalhadores; sem essa união, eles vão continuar a servir como carne para canhão ou bestas de carga em benefício das classes privilegiadas que detêm o poder. Mas nós queremos que esta união surja a partir dos interesses comuns de todos e que garanta a liberdade do indivíduo dentro do organismo colectivo. Existe uma base comum para o entendimento, que é o reconhecimento sincero das diferenças de carácter, de temperamento e de educação e a promessa solene de se chegar a um entendimento mútuo, baseado no respeito mútuo, baseado nas nossas aspirações comuns: a supressão do capitalismo e do estado totalitário, em direcção ao triunfo da Revolução.

A ESPANHA E A REVOLUÇÃO

Estamos a passar por uma crise, uma época de decomposição universal de valores, instituições e sistemas. Infelizmente, as pessoas não foram preparadas para uma desmoralização tão grande, quer em termos psicológicos, quer em termos materiais. É por isso que, cercadas pela miséria, elas não foram capazes de se desembaraçarem dos velhos fetiches. É por isso que elas caem de idolatria em idolatria, de uma forma de escravidão à seguinte, ao invés de juntarem as suas forças e de ganharem confiança em si mesmas e na sua capacidade de criarem uma vida melhor.

É deplorável o espectáculo apresentado por nações inteiras, curvando-se de joelhos, sujeitando-se e implorando por um chefe, um líder, ou então subordinando-se àqueles que prometem fortalecer as cadeias da escravidão. A Alemanha está satisfeita com o seu Führer, a Itália acredita no Duce, a Rússia confia em Estaline. O que pensam as minorias, na oposição, não conta. Acreditamos que isto não seja simplesmente o produto da violência, da opressão e da selvajaria; no nosso entender, esta situação é explicada pela servidão voluntária. As pessoas não têm nenhuma confiança em si mesmas e isso deve-se, não a uma qualquer falha que seja da sua responsabilidade, mas sim por causa de séculos e séculos de uma educação perversa. As sementes da escravatura mental deram fruto e os anarquistas foram os únicos a ser capazes de, contra a corrente, manter a sua incorruptível fé em si mesmos.

Jamais houve na história do mundo uma ocasião tão favorável para uma mudança de regime. As velhas instituições, os velhos preceitos políticos, económicos e sociais estão completamente decadentes. Só faz falta um ímpeto final para arrojarem pelo precipício toda a decrepitude, para que as pessoas possam finalmente assumir a responsabilidade de escolher o seu próprio destino. Mas os anos passam e as classes privilegiadas reúnem-se à socapa, procurando soluções, aplicando panaceias e, apesar de seguirem de fiasco em fiasco, o jogo continua, às custas dos que trabalham e que sofrem. E o mais espantoso é que, em vez de vermos o campo revolucionário a fortalecer-se, o panorama mundial oferece-nos justamente o cenário oposto: vemos uma reacção fortalecida, que pretende restabelecer e fortalecer os velhos poderes.

A insegurança e o descontentamento estão generalizados. A burguesia e os magnatas da indústria, comércio e agricultura também estão muito infelizes. Eles vegetam nas altas esferas, sob a pressão de choques contínuos. O crash de 1929, em Nova Iorque, atirou milhares deles do conforto principesco para o abismo do desespero. A princípio, parecia ser apenas uma crise temporária, que só carecia de alguns pequenos reajustamentos, mas os anos passaram e agora vemos que não se trata apenas de uma crise, mas sim da completa bancarrota de todo o sistema capitalista. Precisamos de um novo sistema económico. Todos estão de acordo neste aspecto e, mesmo assim, ainda se procuram soluções baseadas no privilégio, excluindo do controlo da sua vida e do seu trabalho as massas produtoras.

O estado totalitário aparece como uma solução. A direcção da economia, tendo fracassado sob a alçada do capitalismo privado, ficará no futuro sob a égide do poder estatal. Isto é tudo o que a inteligência burguesa, secundada pelo marxismo, foi capaz de propor. Diz-se que um estado totalitário vai eliminar as contradições entre os grupos capitalistas rivais e transformar todo o aparelho económico de um país numa única força, obedecendo a uma única vontade.

Sem duvida que a coordenação económica é uma necessidade mas, quando obtida através da acção estatal, pior se torna a emenda que o soneto, porque essa coordenação é alcançada á custa de todos os valores, de todas as iniciativas e de todos os factores que não se originam no Estado.

Além disso, o Estado totalitário representa o expoente máximo do autoritarismo. Ele vai ter que fortalecer as suas instituições, manter um exército, um corpo policial e um sistema burocrático, o que aumenta enormemente o peso dos impostos. E isto por si só determina o seu fracasso. O estado moderno é insuportável não só devido á sua tirania, mas também por se tornar demasiado dispendioso e por os seus atributos essenciais serem um obstáculo para o desenvolvimento social. O estado totalitário aumenta em grande escala o parasitismo, como se pôde ver nos países onde o puseram em prática. Sob estas condições, não se consegue curar a crise de todo um sistema. Muito pelo contrário, o caos económico torna-se ainda pior. Abafar os gritos de dor e os protestos não é o mesmo que abafar a dor em si mesma, ou a vontade de protestar. Como complemento lógico do estado totalitário aparecem as doutrinas do nacionalismo, do racismo, enfim, de qualquer coisa que oblitere a personalidade humana perante a visão de uma deidade superior. E o nacionalismo é a guerra. E a guerra é a causa de novas calamidades, a precursora de novas formas de depravação do coração e do pensamento humano.

O estado moderno, tendo fracassado sob os seus paramentos liberais e facetas democráticas, só deixou como alternativa um estado totalitário, dotado de poder onipotente no campo económico e sem quaisquer reservas ou escrúpulos no que toca á defesa da sua sobrevivência.

Temos que fazer uma escolha de uma vez por todas. De um lado, temos o Estado, que significa guerra, que significa o desemprego e o esmagar dos produtores através de impostos pesados e da perseguição de toda a forma de pensamento livre. Do outro lado, temos a socialização da economia, o entendimento directo entre os produtores, de forma a regular a produção e a distribuição segundo as necessidades de cada um, sem qualquer parasitismo político, económico, ou social. Queremos salientar outra vez, para aqueles que ainda alimentem ilusões sobre um “governo proletário”, que o capitalismo de estado não suprime o capitalismo, acabando por estimulá-lo temporariamente; o “governo proletário” é um governo como os outros, só que pior, porque acorrenta espiritualmente os trabalhadores ás suas instituições, fazendo com que eles esperem do Governo aquilo que ele é completamente incapaz de fazer.

Mas há outra solução, a nossa solução, a da socialização e do entendimento entre todos os produtores e consumidores enquanto tal, com base na sua posse dos produtos do seu trabalho. As ideias politicas, religiosas e sociais de cada um não precisam de entrar neste acordo. Que interessa se as pessoas acreditam em Deus ou no diabo, se elas são crentes ou ateias, católicas ou protestantes, conservadoras ou socialistas? Só nos interessa concretizar as aspirações daqueles que trabalham, que se baseiam na posse integral do fruto do seu trabalho, o que só é possível numa economia socializada. As organizações proletárias espanholas já possuem as bases necessárias para levar a cabo uma coordenação económica imediata, baseada numa rede de organizações sindicais e cooperativas. Nem o capitalismo nem o estado estão dotados de uma base económica de acção tão completa quanto a das organizações dos trabalhadores. Para elas, vai ser relativamente fácil – mesmo agora – tomar conta da produção e da distribuição, tendo por base o princípio da satisfação das necessidades de todos. Isto ia ser benéfico inclusive para os parasitas que, quer por nascimento, educação ou condição inerente, se encontram á margem do trabalho produtivo, exercendo uma função que talvez sintam secretamente como repugnante, a de serem simples cães de guarda da riqueza das classes privilegiadas.

A Revolução Russa de 1917 despertou milhões e milhões de escravos para a consciência de uma vida nova. A queda do Czar e o empenho do proletariado na escolha do seu próprio destino foram saudados com uma alegria indescritível. A Rússia tornou-se um símbolo para todas as forças proletárias revolucionárias. Nós não estivemos entre os últimos mas sim entre os primeiros a porem-se do lado da Rússia quando ela era a grande esperança dos oprimidos.

As políticas do estado mataram o espírito socialista e, em poucos anos, aquele grande país deixou de ser um símbolo da liberdade para se tornar no ideal dos burocratas. Hoje em dia, ele é apenas mais uma potência imperialista, a preparar-se para a guerra tal como as outras o fazem e tendo tanto a ver com o socialismo e os ideais do proletariado como qualquer outro Estado. Esta evolução pode chocar e surpreender muita gente, mas não os anarquistas, que sempre frisaram este perigo através de uma crítica constante.

A história confirma novamente a exactidão das nossas previsões. As políticas do Estado e o socialismo harmonizam-se tanto quanto a água e o fogo. Se um triunfar, o outro terá que sucumbir e vice-versa. Só é possível criar o socialismo na medida em que o estado seja destruído e sejam criadas instituições populares que tomem directamente controlo da produção e da distribuição. Com o desaparecimento do símbolo do Oriente (o mito da Rússia, tal como Berkman o definiu), nasceu para os escravos revoltosos do mundo um novo símbolo, o símbolo da Espanha. Agora, a Espanha representa o ultimo portador do espírito da Liberdade, a ultima esperança de renascimento nesta idade das trevas.

Nós não somos patriotas, nós não glorificamos o nacionalismo; a nossa Pátria não existe numa terra onde existem apenas miséria e escravidão no lugar da justiça. No conjunto das nações capitalistas, o nosso país só pode representar um papel insignificante, uma semi-colónia na qual apenas uma minoria de ricos e privilegiados pode gozar e apreciar a vida ás custas do suor e das privações da grande massa de trabalhadores e camponeses espanhóis. No sistema capitalista, a Espanha só pode representar um papel de extrema subordinação, devido ao seu atraso industrial e á ignorância das suas massas laboriosas. Se o panorama espanhol vier a ser alterado sob o sistema capitalista, isso será devido ao trabalho e á iniciativa do capital estrangeiro, por causa da mentalidade inferior e do insignificante espírito empreendedor dos capitalistas nacionais, o que implica forçosamente uma maior dependência do país em relação ao estrangeiro.

Mas, se o povo espanhol romper as suas cadeias e iniciar a construção de uma nova ordem baseada no trabalho e na solidariedade, a Espanha irá passar do mais baixo escalão das nações modernas á vanguarda da humanidade progressiva, servindo de exemplo e de estímulo, como um grande símbolo vivo do futuro de toda a humanidade.

Já vimos como os movimentos progressistas foram esmagados sob o peso das hordas regressivas noutros países. Para salvar a Espanha de um tal destino, estamos prontos a cometer o maior dos sacrifícios. O nosso objectivo é a construção de um sistema libertário sem leis e sem autoridades, que seriam substituídas pela solidariedade e pela livre federação baseada na comunidade de interesses. Nós somos capazes de viver segundo os nossos princípios e sabemos como havemos de o fazer e também sabemos que mesmo aqueles que foram mais envenenados pelo vírus do autoritarismo se vão adaptar lindamente ao regime de vida, trabalho e apoio mutuo que nós defendemos. Nós acalentamos a firme convicção de que a humanidade só vai ser feliz quando for livre, quando tiver exterminado das suas instituições, actividades e ideias o domínio e a exploração do homem pelo homem.

A situação é grave. O inimigo barricou-se em fortalezas e ameaça o extermínio total de todos os movimentos progressistas. Podemos ser os primeiros a cair, mas não vamos ser os últimos, tal como aconteceu na Itália, na Alemanha e noutros países. Tem-se falado em alianças defensivas, em frentes populares. Nós favorecemos e temos trabalhado sempre, até á exaustão, para a consolidação de todas as tendências progressistas, de forma a opormo-nos ao iminente retrocesso em direcção ao fascismo. Nós avisámos os partidos liberais e de esquerda de que qualquer tentativa da sua parte para esmagar a CNT vai acabar necessariamente por ter más consequências para eles próprios. A nossa experiência mostrou-nos que mudar de direcção e de ideologia sem eliminar o Estado só vai agravar os males

morais, sociais e económicos. É por isso que não podemos participar em alianças que se preocupam sobretudo com a divisão dos espólios no novo Estado, ou que tenham o objectivo limitado de se opor a uma certa forma de fascismo, a um tipo específico de tirania, ou a uma forma específica de capitalismo. Nós repetimos: estamos prontos para sacrificar muitos de nós, mas só por uma aliança nascida no coração do proletariado e nos núcleos da produção. Só por uma frente unida dos produtores com vista a assegurar a todos os que trabalham o domínio total sobre a sua produção. Esta união só pode ser criada com base na liberdade, no entendimento e no respeito mútuo, tanto para o presente quanto para o futuro. Isto não é possível se tivermos por base a premissa da conquista do Estado, que teria necessariamente de colocar a força da lei ao dispor de ambições pessoais, tornando-se, desta forma, no inimigo natural do povo.

Negar a natureza reaccionária, anti-social e anti proletária do estado é o equivalente ao suicídio. O Estado é tão capaz de confraternizar com a liberdade quanto a água com o fogo; nem pode ele de modo algum pôr em prática o ideal fundamental de que "quem não trabalha não come". Seria tão fácil para os trabalhadores entenderem-se, se não fosse pela intrusão de oportunistas ambiciosos á procura de poder nos partidos políticos!

O povo espanhol possui uma imensa capacidade criativa. A Espanha tem tradições de vida livre, recursos materiais e poder muscular e mental. Em Espanha, ainda está tudo para ser feito em termos de indústria, agricultura, silvicultura, meios de comunicação e cultura. O trabalho que ainda tem que ser feito é imenso em todas as áreas. Uma Revolução não pode fazer milagres. Mas pode libertar as energias paralisadas pelo presente sistema social e dirigir todos os esforços para funções socialmente úteis. Em poucos anos, a Espanha seria capaz de vestir, abrigar e alimentar toda a sua população de uma forma satisfatória. Ao mesmo tempo, a Espanha tornar-se-ia numa autoridade moral de primeira ordem e a sua voz seria escutada em todo o mundo. Não seria preciso esperar muito para que o seu exemplo fosse emulado noutros países, até que o fátuo edifício do autoritarismo caísse por terra, juntamente com toda a sua pestilência e o seu pesado fardo humano. E, enquanto que a Rússia prepara os seus milhões de soldados para lutar ao lado da França na próxima guerra imperialista, a Espanha vai ser finalmente capaz de erguer a sua voz e proclamar a paz no mundo, em resposta á louca corrida dos estados modernos em direcção ao abismo e ao desastre. Esta pequena península pode tornar-se no berço de uma nova era e também pode tornar-se na tumba de uma grande esperança. O futuro, não muito distante, vai pronunciar a palavra final.